ESTADO DO AMAZONAS

MENSAGEM

do Governador Ministro Henoch da Silva Reis à Assembléia Legislativa

1.º DE MARÇO DE 1976

Min. HENOCH DA SILVA REIS

Governador do Estado do Amazonas

GOVERNADOR	Ministro HENOCH DA SILVA REIS
Vice-Governador	JOÃO BOSCO RAMOS DE LIMA
Chefe da Casa Militar	JOSÉ CAVALCANTI CAMPOS
Chefe da Casa Civil	AFRÂNIO DE SÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral	ROBERTO DOS SANTOS VIEIRA
Secretaria de Estado de Administração	JAMIL SEFFAIR
Secretaria de Estado de Justiça	OLDENEY BAGNERO FARIAS DE CARVALHO
Secretaria de Estado de Trabalho e Serviços Sociais	MARIA ELEONORA PERES DE PAULA PESSOA
Secretaria de Estado de Produção Rural	ESTEVES PEDRO COLNAGO
Secretaria de Estado de Segurança Pública, em Exercício	MARIO PERELLO OSSUOSKI
Secretaria de Estado de Saúde	CARLOS AUGUSTO TELLES DE BORBOREMA
Secretaria de Estado da Educação e Cultura	MÁRIO COELHO AMORIM
Secretaria de Estado da Fazenda	LAÉRCIO DA PURIFICAÇÃO GONÇALVES
Secretaria de Estado de Transportes	JOSÉ DE OLIVEIRA FERNANDES
Secretaria de Estado de Energia e Saneamento Básico	LEOPOLDO PERES SOBRINHO

SENHOR PRESIDENTE,

SENHORES DEPUTADOS:

Cumprimos, com a maior honra, o dever constitucional de apresentar, por intermédio de Vossas Excelências, ao povo da nossa terra, quando se instala mais uma sessão legislativa desse augusto Poder, antes que uma prestação de contas ou um relatório rico em literatura, um demonstrativo singelo mas sobretudo honesto, do que foi possível realizar, sob a inspiração Divina e com a inestimável colaboração dessa Casa, esteio de nossa vida democrática, ao longo deste primeiro ano à frente dos destinos do Poder Executivo Amazonense.

O Plano de Desenvolvimento do Amazonas — Programa 1975, aprovado por Vossas Excelências, constituiu modelo inovador no planejamento público, por haver resultado de ampla consulta realizada por profissionais das mais diferentes áreas de atividades e do conhecimento humano, em Municípios do Amazonas, aos dirigentes de empresas públicas e privadas e de órgãos da Administração Direta estadual, bem como a lideranças políticas e sociais da Comunidade.

E foi assim que definiu áreas prioritárias de ação governamental; em consequência dos estudos técnico-políticos de necessidades e viabilidades, sob a consciência da impossibilidade de solução para todos os problemas que afligem o nosso povo, que são tantos e tão profundos.

Daí a opção de escolher aqueles que, listados dentre os mais importantes e urgentes, pudessem ser trabalhados para a obtenção de soluções mais humanas, tanto assim que nos ufanamos de proclamar haver conseguido chegar ao momento desta primeira Mensagem, em mais absoluto clima de paz jurídica e social, sob a égide da Revolução Democrática de 1964 e das sábias orientações do ínclito Presidente Ernesto Geisel.

O PDA — Programa 1975, em consonância com a orientação marcadamente regionalista do II Plano Nacional de Desenvolvimento, assegura um caráter de flexibilidade tal, a permitir, a qualquer momento, a adequação e o registro de novos programas.

O Plano é avaliado e reajustado com base em consultas populares, diretas, por vezes, ou absorvendo os frutos da sensibilidade parlamentar ou dos meios de comunicação social. Preferimos o risco de erro ao de sermos surdos e insensíveis às aspirações populares por esses meios canalizadas, que nem sempre poderão ser as melhores; mas o povo também tem o sagrado direito de errar algumas vezes.

A administração pública do Amazonas, sob nosso comando, tem a coragem, e destacamos com orgulho, de se voltar para o Interior do Estado, no afã de detetar, analisar e solucionar, na medida do humanamente possível, os angustiantes e aflitivos problemas já incorporados à vida dos nossos irmãos que não habitam a Capital. Volta-se, assim, a Administração para a aceitação de um antiquíssimo desafio, numa demonstração eloquente da humanização do Plano de Governo.

Sabendo escolher e dirigir equipe motivada e de elevado espírito público, na difícil engrenagem que é a administração estadual, mesmo quando o desencanto e o desânimo, provocados por incompreensões e críticas injustas, querem nos dominar, encontramos, no contato direto, o carinho do Povo e, no idealismo de nossos auxiliares, dedicados, a razão como recompensa e estímulo para, com determinação, vontade e responsabilidade, continuar enfrentando, uma a uma, as surpresas que a vida de governante nos reserva. Não é por certo dos mais luminosos o nosso governo mas, no futuro, os que aqui viverem, com certeza, vão nos considerar protagonistas de um admirável período. Somos, no Amazonas, parte de um processo cuja força de trabalho, de imaginação e criatividade o Brasil convocou através do povo, marchando rapidamente em direção ao amanhã. Testemunhamos as notáveis realizações que proporcionam bem-estar social, desenvolvimento e segurança ao País, sob a presidência do General Ernesto Geisel, consciente do que representa o Amazonas no futuro Brasil — um país desenvolvido e uma das maiores Nações do mundo.

SAUDE E SANEAMENTO foi item listado como primeira meta prioritária da ação do Governo, a se desenvolver, segundo o PDA-Programa 75, dentro dos programas de:

• aumento da disponibilidade de instalações adequadas — ambulatórios, clínicas e hospitais, — intensificação dos programas de erradicação de problemas crônicos de saúde, manutenção mais eficiente e melhoria dos hospitais já existentes;

• incremento dos programas de imunização da Capital e do Interior;

• construção de residências para médicos e enfermeiras no Interior;

• elaboração de estudos para a implantação de sistema de atendimento às populações ribeirinhas;

• controle sanitário de residências, mercados, ruas e instalações públicas;

• diminuição das causas de poluição de rios e igarapés, de praça e de terrenos públicos;

• programação de limpeza pública.

Esses itens foram detalhados em projetos pelo próprio PDA, em cada área específica, e de seu desenvolvimento se pode alinhar:

1. na área de SAÚDE PÚBLICA, em Manaus:

• Manutenção da Rede Hospitalar da Capital, composta de cinco hospitais de leitos de curta permanência e de três outros de longa permanência, em constante busca de atendimento mais eficiente, sobretudo mais humano, envolvendo dispêndio de recursos da ordem de Cr$ 13 milhões;

• 15.130 internações ocorreram nos hospitais de curta permanência, ao longo do período de 15 de março a 31 de dezembro de 1975;

• 6.540 partos foram realizados, o que indica o significativo índice de mais de 50% das "delivrances" ocorridas em Manaus, no período;

• 25.190 crianças foram atendidas no Hospital Infantil Casa Dr. Farjado;

• 2.060 casos foram atendidos no Centro de Controle do Câncer;

• 12.500 atendimentos foram feitos pelo Hospital de Moléstias Tropicais.

Além disso,

• 27.090 pacientes foram atendidos no Pronto Socorro do Estado, anexo ao Hospital Getúlio Vargas, e

• 28.190 crianças receberam atendimento de urgência no Pronto Socorro Infantil, anexo ao Hospital Dr. Fajardo ,

— o que totaliza um atendimento de 55.280 casos de urgência nos Prontos Socorros Públicos.

2. Manutenção da Rede Hospitalar do Interior, composta de 21 Unidades Sanitárias Mistas e com ampliação do número de leitos, destacando-se:

• 14.800 pacientes internados no período e

• 99.160 pessoas atendidas em regime ambulatorial, inclusive gestantes e crianças,

— o que representa a significativa soma de 113.960 atendimentos no Interior do Estado, com a aplicação de recursos na ordem de Cr$ 10 milhões;

3. introdução de melhoramentos das condições básicas dos Hospitais, com vistas a oferecer melhor atendimento técnico, representado por:

• instalação de duas Centrais de Oxigênio e Vácuo, uma no Hospital Getúlio Vargas e outra na Maternidade Ana Nery;

• Reequipamento, com material cirúrgico especializado, do Pronto Socorro do Estado, anexo ao Hospital Getúlio Vargas;

• Reforma e reequipamento do Centro Cirúrgico do Hospital Getúlio Vargas;

• Montagem, no Hospital Getúlio Vargas , de moderno Centro de Radiologia móvel;

• instalação, no Hospital Getúlio Vargas, de salas especializadas em Oftalmologia e Aparelhos Gessados;

• Ampliação e equipamento das enfermarias do Hospital Getúlio Vargas, observados os rigores da técnica moderna;

• Reforma, ampliação e reequipamento da lavanderia da Maternidade Ana Nery;

• Construção da Unidade Mista de Anamã, em convênio com a Prefeitura Municipal de Anori.

Nessas aticidades foram investidos recursos da ordem de Cr$ 32 milhões.

4. Aperfeiçoamento de serviços e de coordenação do sistema de saúde, através de:

• Normalização do fornecimento e entrega de medicamentos da Central de Medicamentos e da Secretaria de Estado de Saúde aos Municípios do Interior do Estado.

•Estabelecimento e implantação de moderno sistema de controle e supervisão do funcionamento das Unidades Hospitalares, fortalecendo o planejamento na área de saúde pública;

• Realização de Cursos de Treinamento, Especialização e Capacitação de pessoal Técnico da Capital e do Interior do Estado;

• Realização do I Encontro de Diretores e Chefes das Unidades Mistas e Sanitárias do Interior do Estado de Manaus, no período de 27 de outubro a 01 de novembro;

• Estreitamento das relações entre a Secretaria de Saúde e os demais Órgãos que desenvolvem, na área, serviços de saúde pública.

• Assinatura de Convênios com órgãos públicos ligados à Região, com vistas a melhorar a atuação da Secretaria, de onde se pode destacar:

4.1. — Com o Ministério da Saúde:

• para a incrementação da Vacina BCG intradérmico nos escolares e para a implantação nas Unidades Sanitárias da Capital e do Interior do Estado e recuperação dos pacientes e controle dos comunicantes, no programa de Combate à Tuberculose;

• para a complementação alimentar e nutricional de gestantes, nutrizes e crianças até os 6 anos de idade;

• para aumentar a eficiência da assistência médica à gestante, ao nutriz e às crianças e proporcionar melhor atendimento ao parto e ao puerpério, dentro do Programa de Saúde Materno-Infantil.

• no programa de Controle do Câncer, para aumentar a prevenção nas Unidades Sanitárias da Capital, inclusive com a ampliação de instalação físicas e com reequipamento do Hospital do Câncer, com o objetivo de introduzir as técnicas de radioterapia e de cobalto. Vale ressaltar que esse Hospital servirá de apoio ao Estado do Acre e aos territórios de Roraima e Rondônia

• no programa de Saúde Mental, para o melhoramento das técnicas utilizadas na recuperação do doente e na sua readaptação à família e ao meio social.

4.2. — Com o Ministério da Previdência e Assistência Social:

• convênio com o FUNRURAL para o atendimento de segurados daquela Instituição, nas zonas rurais da Capital e do Interior do Estado;

• convênio com o Instituto Nacional de Previdência Social para atendimento, na rede hospitalar da Capital e do Interior, dos segurados da Instituição e de seus dependentes, nas Unidades Sanitárias da Capital, através da CECAM.

4.3. — Com a Fundação MUDES, para a utilização de 82 bolsas de estudos destinadas a acadêmicos, e expandir o Programa de Assistência ao Escolar.

4.4. — Com o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Amazonas — IPASEA, para atendimento dos segurados da Instituição e seus dependentes, no programa de Combate à Tuberculose;

4.5. Com a Fundação Universidade do Amazonas, para o aproveitamento da rede hospitalar da Capital no ensino e na pesquisa, na área de Ciências da Saúde.

Desenvolvimento de pesquisas científicas, com vistas a melhorar o padrão de saúde pública da população, especialmente nas áreas de:

a) novas drogas para o tratamento da malária, e da leishmaniose tegumentar;
b) clínica da esplenomegalia tropical;
c) febre negra de Lábrea;
d) clínica da micose de Jorge Lobo com clofazimina;
e) clínica da cromomicose com 5 — flurocitozima;
f) tratamento da onconcercose;
g) novos focos de Hanseniase;
h) estudo de pênfigo foleáceo.

Execução do Programa de Controle Sanitário, inclusive de Mercados e Instalações Públicas, com

a) fornecimento de 45.070 Carteiras Sanitárias e atualização de outras 45.520;

b) 10.815 visitas sistemáticas e exame de 6.850 despachos e conhecimentos de gêneros alimentícios;

c) análise de 856 projetos de plantas residenciais, com vistas a enquadrá-los nos preceitos do Código Sanitário vigente.

• Intensificação do Programa de Saúde Materno-Infantil, especialmente com campanhas de Educação Sanitária e Profilática, e com programas de Medicina Preventiva, de onde se pode listar os seguintes resultados:

a) atendimento de 13.380 gestantes, 15.650 crianças menores de 1 ano de idade e 15.200 crianças na faixa etária de 1 a 4 anos;

b) 119.300 consultas médicas a gestantes, puérperas e crianças menores de 1 ano e de até 4 anos de idade;

c) 25.610 imunizações, compreendendo crianças de até 4 anos de idade e gestantes;

d) suplementação alimentar de 8.870 gestantes e 630 nutrizes.

• Execução da Campanha de Assistência ao Escolar, com o salutar objetivo de, com a participação das Associações de Pais e Mestres, proporcionar a educação sanitária e de higiene dos educandos das escolas públicas de 1° Grau de Ensino.

• Execução do Programa de Imunizações, com aplicação de 229.400 doses de vacina BCG oral e intradérmica, DTP, antipólio, antivariólica e contra o tétano e contra o sarampo.

Para o desenvolvimento dessas atividades, cuidou o Governo de proporcionar especialização aos técnicos da área de Saúde Pública em vários setores do conhecimento, desde a atualização em Hanseníase, à Fluoretação d'Água ou à Odontologia Social e Câncer Bucal. Procurou-se, outrossim, desenvolver esforços no sentido de reorganizar a máquina administrativa, para o que se recebeu cooperação técnica da Organização Mundial de Saúde, destinada à elaboração de estudos que, dentro em breve, estaremos submetendo à apreciação de Vossas Excelências.

5. na área de SANEAMENTO:

• expansão da rede de abastecimento d'água da Capital, mediante:

a) construção de 2 reservatórios metálicos, um de 300 m^3 e outro, de 89 m^3;

b) instalação de estação elevatória de recalque, com um conjunto moto-bomba de 75 HP;

c) implantação de 3.000 metros de adutora;

d) implantação de 85.000 metros de tubos de diâmetros variados entre 60 e 200 mm.

e) ampliação de 45.000 para 53.000 ligações domiciliares;

f) ampliação de 12.000 para 17.000 da quantidade de hidrômetros instalados;

• realização de levantamentos pitométricos em Manaus, como base nos estudos para a implantação de sistema de macro e micro-medição, tendente a controlar os desperdícios e as pressões do sistema em utilização.

• implantação de sistemas próprios de abastecimento d'água no Distrito Industrial, abrangendo captação, elevação, adução, reserva e distribuição, com capacidade para atender a demanda de 200 litros por segundo. Esse programa é básico para o desenvolvimento de tão importante área a cuja construção se dedica ardorosamente a Superintendência da Zona Franca de Manaus.

• expansão da rede de abastecimento de água no Interior do Estado, com:

a) construção de estação de tratamento de água em Manacapuru, a primeira cidade do Interior servida por água tratada;

b) construção, já em fase de testes finais, de estação, de tratamento de água em Atalaia do Norte e em Benjamin Constant.

c) ampliação do sistema de abastecimento em Carauari, Coari e Tefé, utilizando recursos do POLAMAZONIA;

d) melhoria dos sistemas dos Municípios de Borba, Autazes, Japurá, Jutaí e Itacoatiara, em convênio com a Fundação SESP;

e) instalação do sistema de abastecimento de água em Tabocal, nova sede do Município de Urucurituba.

• Desenvolvimento do Sistema de Esgoto Sanitário de Manaus, com:

a) lançamento, em duas etapas, do emissário fluvial, totalizando 3.600 metros de tubo de polietileno de alta densidade;

b) construção da elevatória final do esgoto, obra que deverá estar concluída no primeiro trimestre deste ano;

c) início da construção da elevatória de esgoto da rua Izabel, com conclusão prevista para o segundo semestre de 1976;

d) recuperação de 25.000 metros de coletores implantados pelos ingleses, no sistema antigo, e que deverão integrar o novo sistema, ocupando a área central da cidade.

Nesses projetos, o Governo do Estado investiu, através da Companhia de Saneamento do Amazonas — COSAMA, órgão jurisdicionado à Secretaria de Estado de Energia e Saneamento Básico, recursos da ordem de C$ 19 milhões.

O aprimoramento da *EDUCAÇÃO E CULTURA* foi indicado, também, como meta prioritária do PDA e, nessa área, determinamos de logo a comunhão de esforços e a conjugação de interesses no sentido de universalizar o mais possível a Educação no Estado. Como Professor, outro não poderia ser o comportamento do Governante, que não fosse ter a Educação como preocupação básica, premissa indispensável a qualquer processo de desenvolvimento. No ensino de 1º Grau, por exemplo, a preocupação maior foi a de oferecer a todos sólida formação comum, e iguais oportunidades nos graus seguintes, mediante o aprimoramento da qualidade do ensino.

O interesse pela criança, na fase que precede à escolaridade obrigatória, é de ordem social e educacional. Cuidar da criança na idade pré-escolar é garantir rendimento do progresso educacional ao qual o aluno será submetido no futuro.

A melhoria cada vez mais crescente do ensino profissionalizante foi também meta pré-definida, com vistas a não deixar que a Escola prepare o jovem somente para o ingresso na Universidade, mas conduzi-lo, também, oferecendo condições mais fáceis de desempenho profissional a nível médio.

Finalmente, a preocupação constante com o fenômeno da Educação integrada vem orientando todo o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação e Cultura e pelos órgãos a ela vinculados, do que se pode destacar:

- interrelacionamento das escolas públicas e particulares que desenvolvem programas de Educação pré-escolar;
- adoção de providências iniciais na área de Educação Especial, com treinamento de professores de classes especiais e classes comuns, oferecimento de estágios em entidades particulares e estabelecimento de sistema de supervisão específica;
- concessão de bolsas de estudo para entidades particulares — Convênio MEC/DAE/SEDUC, num total de Cr$ 123.211,00, no Programa de Assistência do Educando;
- criação de Centros Interescolares, com objetivos, dentre outros, de desenvolver no educando grau razoável de habilidades no uso de ferramentas, materiais e técnicas industriais, de determinar habilidades e aptidões individuais aplicáveis a possíveis ocupações futuras, e de satisfazer seus desejos criativos de maneira apropriada;
- distribuição de livros didáticos em 172 Escolas, das quais 104 no Interior e 68 na Capital;
- funcionamento pleno de 4 Unidades de Ensino de 2.° Grau na Capital e 5 no Interior, com atendimento de 7.945 estudantes;

- realização, em Convênio com a Escola Técnica Federal do Amazonas, do Programa de Intercomplementaridade, com a realização de cursos de:
  - auxiliar técnico de eletricidade;
  - auxiliar técnico de mecânica;
  - auxiliar técnico de eletrônica;
  - auxiliar técnico de eletromecânica;
  - desenhista de instalações elétricas.

- reformulação dos Currículos e Programas do Ensino de 1.º e 2.º Graus (parte profissionalizante);
- ampliação e adaptação de espaço físico, na Unidade Educacional "Solon de Lucena", para o funcionamento da área terciária;
- extinção do mini-vestibular, através do aproveitamento de espaços ociosos existentes;
- desenvolvimento, a nível local, de programas nacionais de Educação de Adultos, com os seguintes resultados:

  a) 800 alunos em 25 subunidades, no Projeto "João da Silva";
  b) 11.640 alunos, da Capital e do Interior do Estado, no Programa de Educação Integrada;
  c) 1.861 alunos nos Exames Supletivos de1.º e 2.º Graus;
  d) 869 alunos, da Capital e do Interior, no Projeto Minerva e nos Projetos Sumauma II e III, estes dois últimos que são projetos estaduais.

- realização, em convênio com as Universidades de Juiz de Fora, do Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Sagrado Coração de Jesus, de Bauru, São Paulo, de Cursos de Licenciatura Curta, nas áreas de Letras, Estudos Sociais, Ciências e Pedagogia, com especialização em Administração e Supervisão Escolar, concluídos, em 1975, nos Municípios de Tefé, Parintins, Humaitá e Benjamin Constant.

- projeto 76 para a construção de unidades escolares na Capital com recursos do MEC:
  n.° de unidades..... 0l
  custo total..... Cr$ 3.640.000,00
- projeto 76 para construção de unidades escolares no Interior do Estado com recursos do MEC:
  n.° de unidades..... 03
  custo total..... Cr$ 6.505.200,00
- projeto 76 para a construção de unidades escolares pelo BNH/SHAM:
  Compensa..... 03
  Conj. Ajuricaba..... 03
  Raiz e Japiim..... 03
  Coroado..... 03
  Total: 12 unidades com 10 salas de aula cada uma, num total de 14.000 novas vagas para o 1.° e 2.° Graus.

- projeto encaminhado ao MEC para implantação das Delegacias de Educação, num total de seis (06) — custo total: Cr$ 2.500.000,00, para melhor atendimento da Educação no Interior.
- implantação das Escolas Flutuantes para atender à densidade demográfica dos lagos — SEDUC/ICOTI, com financiamento do MEC.
- atendimento à Zona Rural no valor de Cr$..... 17.000.000,00, com recursos do MEC/DEF/DEM.

- Construção de 42 novas unidades no Interior e 3 na Capital, com recursos do MEC, conforme projeto SEDUC/ICOTI, perfazendo um total de atendimento de 80.000 novas vagas para o 1.° e 2.° Graus.
- financiamento do MEC para transporte fluvial da SEDUC, através de uma lancha equipada com salas para conferência e recursos didáticos, com vistas à assistência técnico-pedagógica ao Interior — custo: Cr$ 700.000,00.

- Escolas-Fazenda — a primeira implantação será feita através dos Currículos, no Interior do Estado, em atendimento à nossa ecologia. Já foram realizados os primeiros trabalhos. A 2.ª fase — implantação específica — será feita, inicialmente, nos 7 polos de desenvolvimento. Este ano, em Manaus, será implantada uma dessas Escolas no Km 14, no campo experimental da Secretaria de Produção Rural, bem como a implantação de mais 2 Escolas Polivalentes, sendo uma em Humaitá e outra na área da SUFRAMA, para atendimento à mão de obra industrial daquele Distrito.

- implantação no Interior, já iniciado em Itacoatiara, do serviço médico-odontológico, com o apoio da SESAU e Convênio com o FUNRURAL.
- apoio técnico didático às Escolas da Capital e do Interior, aprovado pelo Ministério do Interior, como colaboração para a Educação no Amazonas.
- treinamento intensivo do pessoal docente de todo o Estado, haja vista o planejamento dos cursos a serem ministrados este ano.

- recuperação, ampliação e equipamento das Escolas da Capital e do Interior.
- implantação da Cartilha Técnico-Científica, a nível de alfabetização, de iniciativa e com a colaboração do INPA.

- Viabilização de 2.000 vagas nas Escolas particulares, a nível de 2.° grau, como refortalecimento da rede particular.
- aumento de 300% do atendimento do Ensino Supletivo.

- convênios de assistência técnica e financeira com as Prelazias e Prefeituras Municipais.

Fazendo um retrospecto, em termos de atendimento escolar em 75 e 76, ressaltamos a seguinte estatística:

ALUNOS MATRICULADOS EM 1975

1.° GRAU..... 66.728
2.° GRAU..... 7.205 — 73.933

ALUNOS MATRICULADOS EM 1976

1.° GRAU..... 84.908
2.° GRAU..... 12.147 — 97.055

DIFERENÇA — 75/76 — PARA MAIOR — 23.122 — matrículas

CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS

1.° GRAU..... 25.500
2.° GRAU..... 12.000 — 37.500

O Governo do Estado interessado em oportunizar, a todos, Educação de 1.° e 2.° graus, procedeu a três chamadas consecutivas para matrículas nos diferentes níveis de ensino. Ainda sobraram, porém, 14.378 vagas, constituindo, assim, uma situação "sui generis" no Estado do Amazonas.

No momento em que o Estado se empenha de modo especial em melhorar qualitativamente o sistema de ensino, sobressai a importância de intensificar as atividades culturais. Com vistas à consecução desse objetivo, a SEDUC, através da Coordenação de Assuntos Culturais e Fundação Cultural do Amazonas, procurou desenvolver atividades de indiscutível valor no processo de formação do Educando, e porque não dizer, do homem amazonense, como:

a) promoção do Curso de IKEBANA, com informações básicas sobre a arte floral japonesa;
b) sessões cinematográficas, em colaboração com o Consulado do Japão, em Manaus;
c) apresentação do Grupo Musical "Extremo Norte" e do Coral da Escola Técnica Federal do Amazonas;
d) participação no Concurso sobre o Hino Nacional Brasileiro, sob os auspícios da Universidade do Amazonas;

e) publicação, pela Fundação Cultural do Amazonas, do livro FIGURAS, IDÉIAS, OPINIÕES, do acadêmico Carlos de Almeida Barroso;
f) edições regulares trimestrais do Jornal Cultura;
g) 70 espetáculos no Teatro Amazonas, para um público de 17.281 pessoas;
h) exposição de selos, de pinturas e livros de autores amazonenses, de cartazes dos alunos do SENAC, e de fotos da Polônia;
i) curso de pintura e desenho, com exposição ao final dos trabalhos no salão da Pinacoteca do Estado;
j) concursos culturais sobre a Restauração do Teatro Amazonas, fotografias, contos, poesias e pintura;
l) festival da Canção Popular;
m) realização da Semana da Cultura e da Feira do Livro;

• execução do programa de valorização da EDUCAÇÃO FÍSICA, através da Superintendência de Educação Física, Desportos e Recreação — SED-AM, com:

a) I Festival de Atletismo Infanto-Juvenil nas provas de campo e pista;
b) I Festival de Ginástica Olímpica, masculina e feminina, na categoria estudantil;
c) I Festival de Ginástica Rítmica Desportiva;
d) participação nos VII JOGOS ESTUDANTIS BRASILEIROS, em Brasília, com 103 atletas;
e) cursos de Iniciação Esportiva nos Municípios de Itacoatiara, Manacapuru, Parintins e Humaitá, nas modalidades de Atletismo, Handebol e Volibol;
f) I Festival de Karatê;
g) realização dos V JOGOS ESTUDANTIS DO AMAZONAS, em Manaus, com a participação, pela primeira vez, dos estudantes do Interior do Estado, representado pelos Municípios de Manacapuru, Itacoatiara, Parintins, Silves, Coari e Humaitá;
h) I OLIMPIADA CULTURAL com a participação de grupos de teatro, música, cinema e canto, concurso de fotografias, exposição filatélica e de revistas;

i) inauguração do Centro Médico Desportivo que servirá de apoio ao atendimento dos atletas estudantis e das Federações Amadoras, na preparação de equipes representativas do Estado.

j) I CAMPEONATO INTERCOLEGIAL DE BASQUETEBOL com a participação dos alunos das Unidades Educacionais da Capital;

l) desenvolvimento de programa de iniciação de atletas, como o funcionamento da Escola de Basquetebol, sob a supervisão de professor campeão sul-americano juvenil da categoria;

m) II CAMPEONATO INTERMUNICIPAL DE VOLIBOL na cidade de Itacoatiara e com a participação dos Municípios de Borba, Parintins e Silves.

n) coordenação da VI TRAVESSIA ALMIRANTE TAMANDARÉ, na baía do Rio Negro, em colaboração com a Capitania dos Portos;

o) I Festival de Atletismo.

• introdução de melhoramentos no programa de educação por televisão, representados principalmente pela instalação e pleno funcionamento do novo equipamento a cores, sistema, VHF, constante de 2 transmissores e vídeo audio, o que lhe assegura qualidade de transmissão e mais segurança operacional.

• desenvolvimento do programa de formação, a nível superior de ensino, a cargo do Centro de Tecnologia da Indústria e Construção CETIC/UTAM, atingindo em 1975 o seu segundo ano de funcionamento pleno, em áreas diversificadas de engenharia de operações, e atendendo a uma clientela de mais de 500 alunos. Projeto especial foi desenvolvido nessa área, com a aquisição e a instalação de laboratórios técnicos destinados a aprimorar a profissionalização de sua clientela, com investimentos da ordem de mais de SEIS MILHÕES DE CRUZEIROS.

Fortalecimento da função *AGRÍCOLA E PECUÁRIA* foi outra das prioridades estabelecidas pelo Plano de Desenvolvimento do Amazonas, porque reconhece o Governo a alta importância do setor, para o desenvolvimento da região. E a Secretaria de Estado de Produção Rural, em estreita colaboração com os organismos públicos vinculados à área, desenvolveu extenso programa de atividades, buscando o atingimento das metas preconizadas, de onde se pode destacar:

a) Por intermédio do Fundo de Desenvolvimento Rural — FURAMA:

a.1 — reativação da moagem de calcário agrícola, ampliando a capacidade de moagem para 50 toneladas/dias. Resultado desse projeto, no qual se destacou a participação da Superintendência da Zona Franca de Manaus, foi a produção de 4.000 toneladas de calcário e a redução do preço no mercado de Cr$ 700,00 para Cr$ 220,00 a tonelada. Até abril deste ano, quando a usina de moagem deverá estar em funcionamento definitivo, espera-se reduzir ainda mais o preço da tonelada do produto;

a.2 — no programa de Revenda de Insumos, foram comercializadas 300 toneladas de adubos químicos, a preços diminuidos em 50%, em relação aos vigentes no mercado;

a.3 — no programa de Produção de Juta, 313 toneladas de sementes foram vendidas, ao preço de Cr$ 1,00 o quilo, a cerca de 25.000 produtores, ensejando plantação em área de aproximadamente 50.000 hectares.

a.4 — revenda de 33 toneladas de sementes de arroz, feijão e milho e de 800 quilos de sementes selecionadas de guaraná, do Município de Maués, concorrendo para a formação de mudas e plantio de mais de 800 hectares da cultura de tão importante produto.

Nesses programas foram aplicados recursos da ordem de mais de Cr$ 5 milhões.

b) No Programa de Ampliação dos serviços de assistência técnica e extensão rural, através da Associação de Crédito e Assistência Rural do Amazonas — ACAR-Am, com seus 14 escritórios locais que, em 1976, serão ampliados para 23, foi prestada assistência aos produtores rurais de 35 Municípios nas atividades de agricultura e pecuária, incentivando a redução das importações e o incremento das exportações.

c) Em colaboração com a Companhia Brasileira de Alimentos-COBAL, execução do programa de interiorização dos serviços de suprimento, com transporte de alimentos básicos, especialmente para os rios Purus, Juruá e Madeira, como parte do plano de apoio à produção de borracha vegetal;

d) No Programa de Desenvolvimento de Heveicultura, através de projeto elaborado pela Associação de Crédito e Assistência Rural — ACAR—AM, foram contratados cerca de Cr$ 30 milhões, pelos Bancos do Brasil e do Estado do Amazonos, duplicando a quantidade de operações realizadas em 1974. Ainda nesse Programa, o Banco do Estado do Amazonas investiu, a taxas subsidiadas do Fundo Estadual de Desenvolvimento — FUNEDE, Cr$ 5 milhões na agricultura.

e) Implantação das obras iniciais do Parque Permanente de Exposições e Feiras Agropecuárias de Manaus, local onde foi realizada a III Exposição/Feira Agropecuária do Amazonas.

f) Implantação da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola — CEPA—Am, integrada ao Sistema Estadual e Nacional de Planejamento Agrícola, com o apoio do Ministério da Agricultura, da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM e da Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA.

g) Programa de Titulação de Terras, a Secretaria de Produção Rural cuidou do revigoramento do Departamento de Terras e da interiorização de suas ações, com a instalação de unidades em Parintins e Itacoatiara, devendo instalar outras,

ainda este ano, em Maués, Coari e Tefé. No desenvolvimento desse programa foi também assinado convênio com o Instituto de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, para a definição de prioridades de discriminatórias, definição das áreas urbanas do Município de Manaus e titulação de terras nas áreas de jurisdição daquele Instituto.

h) Do programa de Apoio ao Cooperativismo destaca-se a assistência contábil e gerencial oferecida pela ACAR-Amazonas e pelo INCRA, além de recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Econômico — FUNEDE, destinados a capital de giro e comercialização de produtos agrícolas, a taxas subsidiadas de juros.

i) Montagem de rede de armazéns, através de:

1. construção de uma unidade com capacidade para 3.000 toneladas em Manaus, em convênio com a Superintendência da Zona Franca de Manaus;

2. construção de unidade com igual capacidade em Manacapuru;

3. aquisição, por compra, de uma unidade com capacidade para 2.400 toneladas em Parintins, equipado com prensa de fibras;

4. aquisição de unidade de 3.000 toneladas em Itacoatiara, igualmente equipado com prensa de fibra;

5. recuperação de uma unidade em Tefé, com capacidade para armazenamento de 500 toneladas de produtos.

As construções e aquisições dessas unidades deverão estar concluídas até maio deste ano, permitindo o pleno funcionamento do programa de armazenamento de produtos, de que tanto se ressentem o mercado e a política de fixação de preços mínimos.

j) Abertura de 16 Km. de estradas vicinais no Município de Urucará, em colaboração com a Secretaria de Transportes, apoiando a colonização espontânea da terra firme, ação que será intensificada no decorrer deste ano de 1976, para o que já se procede à aquisição das máquinas e equipamentos necessários à abertura de estradas destinadas ao escoamento dos produtos agrícolas.

e) Foram iniciados os trabalhos de implantação da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário — CODEAGRO, instituição a quem competirá a execução dos programas básicos de ampliação da revenda de produtos agropecuários, de colonização, de armazenamento, de comercialização de produtos agrícolas e de produção de calcário.

m) Em cumprimento a convênio assinado com a SUDEPE, foi instalado Posto de Fiscalização da pesca predatória, em Manaus, atividade que se desenvolverá em Tefé e em Parintins no correr deste ano de 1976.

n) Através das Centrais de Abastecimento — CEASA, as atenções do Governo resultaram, além da utilização de processos de regularização do mercado de produtos agrícolas, em

1. implantação do Horto-Mercado;
2. elaboração de projetos para instalação de câmaras frigoríficas, dois galpões e do porto de desembarque;
3. realização de feiras em áreas de concentração da população da cidade, em ação conjunta com a Prefeitura Municipal de Manaus.

Nesses 12 meses foram comercializadas 51.000 toneladas de produtos dos seguintes grupos: frutas — 51%; hortaliças —12%; tubérculos — 11%; diversos — 26%, num valor global de Cr$ 135 milhões.

Cabe referir, ainda, que 260 produtores, em média mensal, utilizam-se da CEASA para a comercialização de seus produtos e que 70% dos produtos vendidos durante o ano de 1975 originaram-se do Estado do Amazonas, o que traduz o incentivo à produção que a CEASA representa.

o) Foram aprovados, para a safra 1975/1976, os seguintes preços mínimos:

Juta: média de Cr$ 3,20 o quilo;

Arroz: Cr$ 1,50 o quilo

Milho: Cr$ 1,00 o Quilo

Guaraná: Cr$ 38,00 o quilo para o tipo 2, este, que representa significativa vitória do Governo, numa luta bastante antiga junto aos organismos federais específicos.

Deverão ser incorporados, já agora, a esse programa, a farinha regional de mandioca e feijão.

A implantação no Amazonas da Política de Preços Mínimos está oferecendo ao produtor a garantia de comercialização de seus produtos, sem os aviltamentos tão prejudiciais à elevação da produção.

Como suporte a essas atividades, o Banco do Estado do Amazonas, plenamente integrado na política agropecuária do Governo, elevou de Cr$ 10.236,000,00 para Cr$ 25.924.000,00 os investimentos da sua Carteira de Crédito Rural, aumentando os investimentos pecuários de Cr$ 3.621.000,00 para Cr$ 5.981.000,00.

Foi também considerada, prioritariamente a aceleração do *DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL*, mediante a previsão de séries de ações tendentes a fortalecer principalmente o crédito industrial, com a concessão de incentivos fiscais e a realização de estudos setoriais com a identificação de oportunidades de desenvolvimento.

Nessa área, dos esforços desenvolvidos pelos organismos específicos, pode-se destacar:

a) o aumento do Capital Social do Banco do Estado do Amazonas de Cr$50.000.000,00 para Cr$75.000.000,00, a representar o progresso do volume de negócios em que se envolveu aquela casa creditícia e a credenciá-la como órgão propulsor de desenvolvimento.

b) o crescimento dos depósitos do BEA em 72% em relação a 30 de março de 1975, a demonstrar o crédito conseguido pela instituição junto à população e em particular aos investidores. Esses depósitos, denominados Recursos de Terceiros, passaram de Cr$ 186.301.000,00, em março de 1975, para Cr$320.994.000,00.

c) o aumento de Cr$ 225.346.000,00, em março de 1975, para Cr$ 347.114.000,00 dos recursos aplicados em empréstimos à produção

d) o crescimento, de Cr$ 223.005.000,00 para Cr$ 414.009.000,00, em igual período, das aplicações feitas pela Carteira de Crédito Industrial do Banco do Estado do Amazonas.

e) o crescimento das operações do BEA na área do Crédito Rural em 153% e no Crédito Industrial, em 78%, de março a dezembro de 1975.

f) expansão das atividades do Banco do Estado do Amazonas, com a instalação de um Posto de Serviço na SUFRAMA e com a obtenção de Carta Patente para a instalação de uma Agência na Capital do Estado de São Paulo.

g) revisão dos mecanismos de operacionalização do Fundo Estadual de Desenvolvimento Econômico — FUNEDE, com a redução de taxas de juros, prefixação do índice de correção monetária e simplificação da sistemática de processamento dos pedidos de financiamento nas áreas industrial, agropecuária e de serviços, devidamente aprovada pelo Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas — CODAM.

h) análise técnica, pelo Núcleo de Incentivos Fiscais, da Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas — CODEAMA, de 23 projetos industriais, dos quais 21 de implantação e 2 de ampliação;

i) concessões e/ ou ampliação de incentivos fiscais a 56 empresas, após os exames técnicos da Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas — CODEAMA e a consequente e necessária aprovação do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas — CODAM.

j) fortalecimento do Setor de Fiscalização de Incentivos do órgão específico da CODEAMA, que se incumbe do acompanhamento da evolução das empresas beneficiadas com incentivos fiscais;

I) aprofundamento das relações entre Governo do Estado/Empresa, especialmente em razão do desempenho das várias Unidades do Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa — CEAG—Am, de onde se pode destacar:

- estabelecimento de 1.105 contatos com empresas, com vistas à distribuição do Cadastro Industrial do Estado, distribuição da abordagem empresarial intitulada "Analise Você Mesmo Seu Balanço", distribuição do "Manual de Registro de Empresas", e, em decorrência de trabalho técnico elaborado pelo Departamento de Assistência Técnica Direta, de projetos e propostas de financiamento, de diagnósticos setoriais e de cursos e seminários realizados;
- execução do programa de treinamento Empresarial, com 563 horas/aula e 541 treinados nos 23 cursos e seminários realizados, além dos treinamentos para o pessoal interno do órgão;

- realização de 55 trabalhos de assistência técnica, abrangendo os setores industriais cerâmico, oleiro, mobiliário, madereiro, eletrônico, gráfico, alimentício, metalúrgico, além de outros, atendendo 40 empresas e significando 13.933 horas de assistência técnica, distribuídas entre as áreas de administração, finanças, produção e diagnóstico.

- elaboração de projetos de financiamento a pequenas e médias empresas, de vários ramos da atividade industrial, como alimentício, de serviços, comunicação, mobiliário, madereiro, de material de transporte, gráfica, de beneficiamento da borracha, de material de embalagem, de material elétrico e outros.

- execução de pesquisa para elaboração do diagnóstico do Setor Cerâmico e Oleiro;
- elaboração do diagnóstico do Setor Mobiliário;

- conclusão e publicação do diagnóstico do Setor Madereiro, que já está sendo utilizado como orientador da política de Treinamento e Assistência Gerencial necessária ao fortalecimento e desenvolvimento das empresas e de instrumento orientador das ações e apoio ao desenvolvimento do Setor;
- elaboração dos Perfis de Oportunidades Industriais, com a indicação aos empresários da validade de investimentos nas áreas de Fabricação de Tacos, Fabricação de Farinha de Mandioca, Fabricação de Gabinete para Televisores e Industrialização de Palmito.

Do programa de eletrificação tão importante ao desenvolvimento industrial, e de responsabilidade das CENTRAIS ELÉTRICAS DO AMAZONAS — CELETRAMAZON, órgão jurisdicionado à Secretaria de Estado de Energia e Saneamento Básico, pode-se destacar:

- conclusão das usinas de Alvarães e São Sebastião de Uatumã, com potência total instalada de 400 KVA;
- construção das usinas de Uarini, Tabocal, Beruri e Caapiranga, todas concluidas e já em operação, com potência total instalada de 800 KVA;
- ampliação da usina de Parintins, com a instalação de mais um grupo gerador de 2.750 KVA, já em operação;
- ampliação das usinas de Manacapuru, já em operação, de Maués e Tefé, que deverão estar concluídas nos próximos dias;
- projeto e administração da Rede de Distribuição do Conjunto Habitacional Ajuricaba, em Manaus;
- extensões, ampliações e reformas das redes de distribuição nos Munícipios de Parintins, Itacoatiara, Maués, Humaitá, Manicoré, Novo Aripuanã, Borba, Manacapuru, Tefé, Coari, Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira, Eirunepé, Lábrea e Boca do Acre.

Ainda na área de indústria e comércio, deve-se destacar a eficiente atuação da JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, autarquia vinculada à Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, com:

• registros e/ ou constituição de 9 sociedades anônimas, 342 sociedades por quotas, 698 firmas individuais e 29 filiais; 868 alterações e anotações;

• 44 baixas e/ ou cancelamentos;

• 8193 processos protocolados e 9.523 livros autenticados.

Todas essas atividades foram desenvolvidas com 271 reuniões de Turmas, 74 reuniões do Plenário do Colegiado e o apoio dos órgãos técnicos internos, inclusive da Procuradoria Regional.

Foi também escolhida, como área prioritária, a agilização do DESENVOLVIMENTO SOCIAL e do MELHORAMENTO DA QUALIDADE DA VIDA, a que determinamos sempre especial atenção, preocupado com a humanização do Governo, a significar a valorização do trabalho do homem e a obrigação dos governantes de cada vez mais aproximá-lo do ideal de minimizar problemas que lhe afligem a vida no mundo moderno.

Preocupação do Governo, nessa área, foi, desde o princípio a de incluir a função Trabalho na Secretaria de Estado de Serviços Sociais, para o que foi desenvolvido extenso esforço de captação de conhecimentos e de recursos junto ao Ministério do Trabalho e as experiências de outros Estados, culminando com a aprovação, por esse augusto Poder, de projeto de Lei que criou a Secretaria de Trabalho e Serviços Sociais, órgão a quem incumbe a difícil e árdua missão de implementar e de humanizar a política estadual do trabalho, com a colocação da mão-de-obra e sua especialização, a orientação da migração e outras atividades semelhantes, que já ao dealbar deste ano começaram a ser desenvolvidas pela equipe técnica da SETRASS.

E não poderia o Governo descurar das atividades próprias da Secretaria de Serviços Sociais, tais como a prevenção da marginalização do menor, constante das preocupações do Governo Federal, a reeducação e o tratamento de menores marginalizados, o estudo de casos e o serviço social propriamente dito, além do desenvolvimento comunitário.

Plano de Prevenção de Marginalização do Menor foi elaborado e sua implementação se iniciou após a celebração de convênio com a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor-FUNABEM e, por deliberação do Executivo, o anúncio oficial do programa no Plenário desta Casa, no Dia consagrado à Criança, em homenagem justa aos seus representantes. As áreas urbanas foram escolhidas como prioritárias e foram implantadas as seguintes Unidades de Prevenção da Marginalização:

1 no Bairro da Alvorada
1 no Bairro da Compensa
1 no Bairro de São Raimundo
4 no Bairro de São Francisco

Além disso, a Secretaria já assinou convênio com a Prefeitura Municipal de Parintins para a implantação de uma Unidade de Prevenção naquele Município, o que ocorrerá ainda neste primeiro semestre.

Dentro do programa de Desenvolvimento Comunitário, a Secretaria de Trabalho e Serviços Sociais conseguiu aprovação, pelos órgãos técnicos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, dos projetos de

- construção do Centro Social do Parque 10, no Conjunto Habitacional Presidente Castelo Branco e de
- reativação do Centro Social do Bairro da Raiz, no Conjunto Habitacional Costa e Silva.

Foram concluídos, em 1975, estudos para a implantação de Assistência Jurídica gratuita e da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, esta com projeto que estará sendo examinado ainda neste trimestre por Vossas Excelências, e aquela com início dos trabalhos previsto para este mês de março.

Igualmente, foram realizados estudos sobre a Delegacia de Menores, seu funcionamento e o papel desempenhado por esse importante órgão no processo de prevenção da marginalização e na ressocialização do menor abandonado.

Paralelamente, deve-se destacar o funcionamento pleno das Escolas Darcy Vargas e Mello Mattos que, seguindo as orientações estabelecidas pela política da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, vem colaborando decisivamente para a minimização do tão angustiante problema do menor abandonado, que há desafiado secularmente os governantes, em vários quadrantes do mundo.

Papel não menos importante exerce o Centro de Recepção e Triagem, cujas instalações estão sendo ampliadas e cujos equipamentos estão sendo modernizados, com vistas a oferecer melhor suporte às modernas técnicas de educação e de reeducação ali utilizadas.

Em verdade, algumas novas opções foram adotadas na política de educação e reeducação, do que é exemplo a Escola Darcy Vargas que hoje só recebe menores com problemas de conduta, encaminhados pelo Juizado de Menores, exatamente para evitar a convivência desses menores com outros que não tenham conduta problemática. E isso porque esses são exatamente os que mais necessitam de assistência.

E a ação educativa ou reeducativa não se resume aos menores alunos das Escolas, mas vai até às famílias dessas crianças, que passam a ser visitadas sistematicamente, para receber orientação técnica em razão do modo próprio de vida.

Os menores do Centro de Recepção e Triagem são conduzidos, no próprio CRT, a exames clínicos, de laboratório, odontológico e radiológico, além de submetidos a teste educacional e de entrevista com a Assistente Social e, depois, frequentam escola da Comunidade e cumprem na Casa intensivo programa de Educação, Lazer, Orientação Psico-Social, Atividades Manuais e, fora do Centro, mas sob orientação e supervisão, curso pré-profissionalizante.

É de destacar, ainda, o trabalho que está sendo realizado junto aos menores que frequentam a área da CEASA, onde a Secretaria de Trabalho e Serviços Sociais, em conjunto com o Serviço Social daquele órgão, executa projeto de orientação e engajamento dos menores no mercado de trabalho, como atividade altamente salutar na prevenção da marginalização.

Na área da *Previdência Social* dedicou-se o Governo à melhoria e à expansão dos serviços próprios do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Amazonas — IPASEA, destacando-se:

- extensão dos serviços aos funcionários estaduais sediados nos Municípios de Itacoatiara, Parintins, Coari, Urucurituba, Santa Izabel do Rio Negro, Barcelos, Humaitá, Tefé e Fonte Boa;
- crescimento, em 2.410, do número de beneficiários dos serviços do Instituto;
- atendimento a 44.300 beneficiários;
- crescimento, para 1.151, do número de pensionistas do Instituto, com seus estipêndios pagos com a mais absoluta pontualidade;
- emprego de recursos da ordem de Cr$ 4.617.000,00 no pagamento de pensões e de Cr$ 302.250,00 no pagamento de Auxílio Natalidade e de Auxílio Funeral;
- concessão de cerca de mil empréstimos simples a servidores do Estado, com investimento de Cr$... 3.021.280,00;
- recuperação e reequipamento das dependências do Instituto, com melhoramento da refrigeração de ar, dos aparelhos de prótese do Centro de Saúde, recuperação de balança analítica e eletrônica de laboratório, dos equipos odontológicos do Ambulatório Central, dos aparelhos de Raios X, de Fisioterapia e de odontologia da Representação do Instituto de Itacoatiara, dos aparelhos de Raios X e de Abreugrafia do Centro de Saúde, do forno de Bier e do aparelho de corrente galvânica do Gabinete de Fisioterapia.
- concentração de esforços tendentes a otimizar o padrão de atendimento aos previdenciários, principalmente na área de urgência e ambulatorial;
- manutenção regular do atendimento hospitalar, através de todas as Unidades Hospitalares da Capital;

- prestação de benefícios da Previdência Social a funcionários Municipais do Interior do Estado, em convênio com as respectivas Prefeituras, numa expansão necessária dos serviços próprios do Instituto.

Ainda na área de Desenvolvimento Social e de Melhoramento da Qualidade da Vida, é de se destacar o trabalho realizado pela Secretaria de Estado de Justiça com vistas à humanização do Sistema Penitenciário, através da criação da Penitenciária Agro-Industrial do Amazonas.

Esse projeto, da maior importância para o Estado, encontra-se em fase de exame final no Ministério da Justiça, de onde deverão ser captados os recursos necessários, havendo o Governo decidido que sua construção deverá ser localizada em terreno situado no Km-26 da estrada Manaus-Caracaraí.

Paralelamente, cuidou a Secretaria de Justiça, dentre outras inúmeras atividades, da elaboração de decreto que diminui os ônus dos promitentes compradores de casas da Sociedade de Habitação do Amazonas quando da transcrição, no Registro Imobiliário, do contrato respectivo, e de decreto que constitui Grupo de Trabalho na Secretaria de Produção Rural incumbido da regularização fundiária das terras na área de jurisdição estadual. Igualmente, após identificação das áreas da periferia de Manaus em permanentes litígios de moradores e proprietários, elaborou decreto considerando-as áreas de interesse social, para fins de desapropriação, como solução definitiva para esses litígios.

Foram elaborados, também, e deverão ser brevemente encaminhados a esse respeitável Poder, os anteprojetos da Lei Orgânica dos Municípios — face à legislação vigente não mais atender às modernas exigências do Direito Municipal brasileiro, e de Emenda à Constituição Estadual, com alterações de fundo e forma, visando a compatizá-la com nossa realidade jurídico constitucional.

A SOCIEDADE DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS concluiu a construção de 1.000 unidades habitacionais do Conjunto Residencial Ajuricaba, localizado à margem da antiga Estrada dos Franceses com serviços completos de infra-estrutura, inclusive asfaltamento de todas as ruas.

São 181 unidades de um quarto; 578 unidades de 2 quartos e 241 unidades de 3 quartos, cumpridas todas as especificações determinadas pelo Sistema Nacional de Habitação.

Paralelamente, essa Sociedade firmou convênios com o Banco Nacional da Habitação para desenvolver, em 1976, os seguintes programas:

- construção de mais 169 unidades no Conjunto Ajuricaba, além de 2 escolas com 10 salas de aula, centro social urbano, posto de saúde, posto policial, mercado e 4 blocos de lojas comerciais, com 6 lojas em cada bloco;
- edificação de 172 unidades residenciais nos Conjuntos Japiim I e II, além de posto policial e de obras viárias e de extensão das redes de energia elétrica e de água potável;
- construção de 577 residênciais no Conjunto Habitacional Castelo Branco, além dos serviços de infra-estrutura necessários;
- no Conjunto Habitacional de Flores, edificação de mais 31 unidades redidenciais e de centro social urbano e mercado;
- construção de 255 unidades na Japiilândia, com Grupo Escolar, posto policial e centro social urbano, além de 145 lotes urbanizados;
- no Bairro do Coroado, aquisição e legalização de terreno para 2.800 lotes urbanizados, com rede de energia elétrica e água potável e construção de 3 escolas, posto de saúde, posto policial e 2 centros sociais urbanos.

Na área de *Segurança Pública*, profundas foram as dificuldades enfrentadas pelo Governo, decorrentes, na sua maioria, da exacerbação dos problemas naturalmente advindos do fenômeno migratório, hoje tão fortemente incorporado à formação de nossa sociedade.

A desorganização social decorrente do surgimento desorientado de novos bairros, é fenômeno que acarreta para a Segurança Pública, problemas os mais complexos, os quais,

obviamente, não poderão ser equacionados a curtíssimo prazo nem somente com a ação isolada da SESEG. Vários outros órgãos tiveram de ser acionados, na tentativa de minimizar o aprofundamento das dificuldades, com trabalho de orientação técnica da SETRASS, com o desempenho das atividades de incentivos à produção agropecuária, e a implementação de programas básicos de saúde e de educação. Tudo isso porque o Governo entende que a função do órgão responsável pela manutenção da segurança do povo não se resume no desempenho das atividades repressivas, com a realização de inquéritos policiais, perícias e outras tarefas técnicas próprias da Polícia Civil. É preciso perseguir nível melhor de vida do povo, buscando adotar preferencialmente medidas preventivas de marginalização.

E, as necessidades aumentam a cada dia — do que já se havia convencido o Governo desde o momento da elaboração do Plano do Desenvolvimento do Amazonas — Programa 1975, — tanto que ali já se previa, como alternativa básica, a captação de recursos externos para dotar a Polícia Civil das condições mínimas indispensáveis ao seu pleno funcionamento.

Assim é que, já em abril, foram iniciadas gestões junto à Secretaria de Planejamento da Presidência da República com vistas a obter aprovação do projeto de reequipamento da SESEG, correspondente ao custo global de Cr$5.000.000,00, recursos que, em razão do cronograma de desembolso traçado por aquele prestigioso órgão da Administração Federal, somente foram liberados no mês de dezembro. É por isso que, somente agora, serão executados os planos de:

- construção do prédio para a Delegacia Geral de Polícia
- equipamento para o Laboratório Médico-Legal
- equipamento para o Laboratório de Perícias Criminais
- aquisição de viaturas policiais
- aquisição de aparelhos de rádio, para o sistema de comunicação por fonia
- aquisição de armamento em geral.

Enquanto isso, o Governo cuidou

- da estruturação básica da Delegacia Geral de Polícia.
- da transformação de Sub-Delegacia em Postos Policiais, para o cumprimento das funções investigatórias e para a extensão do policiamento ostensivo
- da especialização de Delegados de Polícia, submetendo-os a estágio profissional na Polícia Civil da Capital Federal;
- das providências iniciais para a construção de um Posto Policial no Bairro da Alvorada II, área crítica pela inexistência do organismo policial;
- da implantação da Seção de Estatística da Central de Operações e a consequente atualização dos dados pesquisados;
- da instalação de fonias em dois dos quatro Distritos Policiais da Capital;
- do aprimoramento do Programa Policial-Militar, executado pela Polícia Militar do Estado, de onde se pode destacar:
  a) aumento do contingente efetivo em mais de 300 homens;
  b) reciclagem, treinamento e especialização de 47 Oficiais;
  c) formação e treinamento de 662 praças;
  d) retorno do policiamento ostensivo, nas principais ruas de Manaus;
  e) funcionamento pleno, ao nível de atendimento ótimo das necessidades, do subprograma de defesa de sinistros, de incumbência do Corpo de Bombeiros;
  f) funcionamento adequado da Companhia de Trânsito e da Polícia Rodoviária, quer no policiamento preventivo, quer na atividade repressiva.
- agilização e aperfeiçoamento do programa de Segurança do Tráfego, coordenado pelo Departamento Estadual de Trânsito, do que merece destaque:

a) reformulação do planejamento do trânsito de veículos e pedestres em Manaus, exigida pelo aumento considerável da quantidade de veículos e pela abertura, ao tráfego, da Ponte Padre Antônio Plácido que liga o Bairro de Educandos ao Centro da cidade;

b) recuperação, com recursos próprios, dos prédios das Delegacias de Polícia dos Municípios de Itacoatiara, Parintins e Humaitá, para instalação das Agências do DETRAN;

c) reequipamento dos recursos técnicos do órgão, com aquisição de veículos para as Agências do Interior do Estado e de carros-guincho, de veículos dotados de escadas telescópicas e de carreta-reboque destinada ao serviço de fiscalização.

d) instalação de Agências do Departamento em Manacapuru e Benjamin Constant;

e) implantação do programa de sinalização de ruas, com placas refletivas em locais de reduzida iluminação pública;

f) expansão das instalações físicas do Departamento, com a construção de um anexo onde funcionam a Divisão Técnica e a Oficina de Sinalização;

g) realização, em setembro, de Campanha Educativa através dos meios locais de comunicação, durante a Semana Nacional do Trânsito;

h) aquisição de equipamentos básicos ao programa de educação de trânsito;

i) ampliação do sistema de rádio-comunicação indispensável ao melhor desempenho dos serviços próprios do órgão.

Finalmente, quanto ao melhoramento das condições de vida, cumpre referir o trabalho desenvolvido pela equipe do Governo junto às Prefeituras Municipais, como apoio ao programa de mudança das sedes de Boca do Acre, Careiro e Urucurituba, esta já realizada, e as atividades da Comissão de Defesa Civil na assistência às vítimas e às localidades atingidas pelas cheias em 1975.

A distribuição de alimentos e medicamentos, o provimento de abrigos e a assistência à pecuária atingida, somente foram possíveis através da colaboração fundamental,do Grupo Executivo de Assistência à Calamidade Pública, do Ministério do Interior, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM e esforço colaborativo da Secretaria de Produção Rural, da Polícia Militar do Estado e da Secretaria de Estado de Saúde, além de outras entidades públicas e privadas vinculadas à defesa de populações, do Exército, Marinha e Aeronáutica.

O Plano de Desenvolvimento do Amazonas registra, ainda, a necessidade de fortalecimento do SISTEMA DE TRANSPORTE, através de ação concentrada, com objetivo de dotar as sedes municipais de aeroportos e de portos fluviais, estes principalmente nos centros produtores mais importantes, e de expansão da rede de estradas secundárias e da rede fluvial de transporte, tarefas que competem, basicamente, à Secretaria de Estado de Transportes e ao Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas-DER-Am, de cujo trabalho se pode destacar:

- na Rodovia Am-070 — "Manacapuru — Cacau Pirera",

a) reconstrução de 18 Km de estrada, com ampliação da plataforma para 12 e 14 metros;

b) execução de 5 Km de base e sub-base para receber o revestimento asfáltico;

- no sistema viário de Itacoatiara,

a) remoção de 4.800 m^3 de material inservível, em 21 ruas da cidade;

d) execução dos serviços de base em 5 ruas — 50% do total com 16 metros de plataforma e cerca de 3 Km de extensão;

c) levantamento altimétrico para projeto de drenagem.

• na rodovia AM-010 — Manaus — Itacoatiara, início da relocalização do eixo e nivelamento de seção, para o projeto de reconstrução e pavimentação.

• no programa aeroportuário,

a) reconstrução do Aeroporto do Município de Parintins, com limpeza de jazida em 160.000 m^2, escavação, carga e transporte de material selecionado em 21.000 m^3 e imprimação asfáltica em 14.400 m^2

• no programa hidroviário,

a) conclusão das obras da área de armazenagem e do Retroporto do Município de Parintins;

b) conclusão das obras de terra do Retroporto do Município de Itacoatiara;

c) continuação das obras de terra e início da infraestrutura dos armazéns do Porto do Município de Coari.

• no sistema viário de Coari, execução do projeto de reconstrução da ponte sobre o Igarapé do Espírito Santo, com 124 metros de vão.

• no programa de construção de vias de acesso,

a) construção de uma das vias de acesso ao Aeroporto de Parintins, em substituição à via antiga que, por se localizar sobre terreno alagadiço, não oferecia condições de tráfego;

b) execução das obras de terraplanagem de cerca de 4 Km. da via de acesso ao Aeroporto de Coari, com movimentação de 40.000 m^3 de terra.

c) elaboração e início da execução de projeto da via de acesso a Iranduba — estrada vicinal

• execução das obras de desmatamento, destocamento, limpeza, escavação, carga, transporte, imprimação e drenagem da área do Platô do Piquiá, para transferência da sede do Município de Boca do Acre;

• pavimentação e revestimento asfáltico de 586 m^3 e realização de 654 metros de meio-fio e sarjetas nos bairros do Japiim I e II;

• construção da via expressa para o Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, com o alargamento da rua Recife,

compreendo 18.506 m^3 de terraplanagem, 17.538 m^3 de compactação de aterros, 4.690 m^3 de sub-base e base, 4.593 m^3 de sarjetas e meio fio e 4.883 m^2 de calçada;

• execução de obras de 2.885 m^3 de revestimento asfáltico, 7.694 m de meio fio e sarjetas e 406 m de drenagem no Distrito Industrial em convênio com a SUFRAMA;

• execução do projeto de sinalização de rodovias, no programa de segurança do tráfego, abrangendo as seguintes rodovias: Manaus-Itacoatiara, acesso à Am-010, Manaus-Aleixo, Cacau Pirera-Manacapuru e a estrada Tarumã-Ponta Negra-São Jorge.

Vale ressaltar, ainda, que para a execução do projeto de construção da via expressa do Aeroporto Eduardo Gomes, o Governo já indenizou, a legítimos proprietários, 44.482 metros quadrados de área.

Mas, Senhores Deputados, a ação do Governo não se restringiu a trabalhar apenas as prioridades estabelecidas pelo Plano de Desenvolvimento do Amazonas, identificadas como SAÚDE E SANEAMENTO, EDUCAÇÃO E CULTURA, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, DESENVOLVIMENTO SOCIAL e MELHORAMENTO DA QUALIDADE DA VIDA e SISTEMA DE TRANSPORTES. Outras áreas de atividades foram também acionadas, como instrumentos indispensáveis de apoio à geração do desenvolvimento pretendido, do que se pode mencionar:

OPERAÇÃO AJURICABA

A ação do nosso Governo, responsável e sem romantismo, serena mas persistente em favor do bem comum, suscitou a criação de um programa a que se convencionou denominar de "Operação Ajuricaba". Os entraves, na comunicação e no transporte dentro do Amazonas, fizeram com que o Projeto Rondon nos excluisse temporariamente dos Estados-base de atuação para a Operação Nacional e, em consequência, verificou-se a desativação da Operação Regional.

A idéia da Operação Ajuricaba nasceu para dar, ao universitário amazonense, oportunidade de fazer levantamento global da problemática do Interior amazonense, de modo a oferecer ao Governo subsídios necessários à montagem de um plano de ação condicionada às reais carências de cada Município, em particular, e ao mesmo tempo despertá-lo para a realidade de seu próprio Estado.

Com o apoio da SUDAM unido à Universidade do Amazonas e ao Projeto Rondon, a Operação Ajuricaba mostrou, quando de sua realização em Coari, Parintins e Itacoatiara, a capacidade do jovem amazonense em diagnosticar problemas e oferecer soluções para os estrangulamentos encontrados.

A coordenação do Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal, órgão da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, possibilitou aos planejadores do Governo micro e macro visão das dificuldades vividas pelos organismos municipais das localidades onde as três Operações foram realizadas. Em 1976, a experiência será repetida, obedecida a lista de prioridades elaboradas.

I ENCONTRO DE PREFEITOS

Ficou definido claramente no Plano de Desenvolvimento do Amazonas ser preocupação maior e constante a interiorização das ações do Governo, sob a consciência de que o desenvolvimento não se deve restringir à Capital do Estado mas, também, abranger os nossos irmãos hinterlandinos, que tantas e tão profundas dificuldades têm enfrentado ao correr dos anos.

Desenvolvimento não é um estágio que se possa atingir se não através da ação programada, resultante de estudos técnicos de problemas e de fixação de alternativas. Por isso a opção de governar com o Interior e não para o Interior. E governar assim significa definir e distribuir responsabilidades, envolvendo, no processo de direção, povo e governantes.

A Operação Ajuricaba é fundamental no planejamento e na execução desse modelo. Preciso foi, entretanto, completar o círculo de informações, para o que foi realizado, em Manaus, no mês de agosto, o I Encontro de Prefeitos do Interior do Estado.

Num período de 4 dias, os dirigentes das Prefeituras de todos os Municípios do Interior estiveram reunidos com a equipe do Governo, na Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, quando foram efetivamente envolvidos na execução do PDA, quando se definiu uma política de planejamento ascendente — última etapa da aplicação do Questionário Delphos, quando se conheceram todas as reivindicações analisadas em conjunto, buscando viabilizá-las, quando, enfim, ouviu-se o povo através de seus dirigentes.

ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

Não se concluiu aí, porém, o conjunto de esforços para viabilizar o desenvolvimento no Interior. O Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal executa rotineiramente o programa de Organização dos Serviços das Prefeituras, com o objetivo primordial de modernizá-los de sorte a dotar os órgãos de condições mínimas indispensáveis à execução dos planos e projetos que lhes incumbem realizar.

Dessa forma, foram assessorados na elaboração de propostas orçamentárias os Municípios de Autazes, Borba, Careiro e Japurá; na preparação do Programa de Aplicação do Fundo de Participação dos Municípios, as Prefeituras de Atalaia do Norte, Autazes, Barcelos, Boca do Acre, Borba, Careiro, Coari, Maués, Parintins e Urucurituba; no Programa de Aplicação do Fundo Rodoviário Nacional, os Municípios de Anori, Atalaia do Norte, Autazes, Barcelos, Boca do Acre, Borba, Carauari, Careiro, Coari, Codajás, Eirunepé, Envira, Fonte Boa, Itacoatiara, Itapiranga, Japurá, Maués, Nova Olinda do Norte, Parintins, São Gabriel da Cachoeira, São Paulo de Olivença, Silves, Urucará e Urucurituba.

Nos trabalhos e elaboração de prestação de contas, foram assessorados, pelo ICOTI, o Município de Borba, quanto ao Fundo de Participação dos Municípios; Atalaia do Norte,

Autazes, Boca do Acre, Borba, Jutaí, Parintins e Urucurituba; Borba, Codajás, Ipixuna, Jutaí e Novo Aripuanã, em prestação de contas globais de exercício financeiro anterior; Anori, Atalaia do Norte, Autazes, Barcelos, Barreirinha, Benjamin Constant, Boca do Acre, Borba, Canutama, Carauari, Careiro, Coari, Eirunepé, Envira, Fonte Boa, Itacoatiara, Juruá, Lábrea, Maraã, Maués, Nhamundá, Nova Olinda do Norte, Parintins, Santa Isabel do Rio Negro, Santo Antonio do Içá, Silves, Tefé, Urucará e Urucurituba, no que respeita aos convênios assinados e executados com a Secretaria de Educação e Cultura.

Além disso, vários outros trabalhos de modernização administrativa foram executados, nas áreas de administração geral, como pessoal, material, orçamento, serviços gerais e de treinamento de servidores municipais, com recursos humanos locais ou do ICOTI, buscando melhor desempenho dos funcionários das Prefeituras.

ESTUDOS E PROJETOS FÍSICOS NO INTERIOR

Nessa área de atuação, o Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal elaborou: para o Município de Benjamin Constant, projetos para implantação de bueiro ármico e para a construção de Escola Pública na Zona Urbana; para Coari, Plano de Infraestrutura Urbana ; para Itacoatiara, estudo de uma via de contorno para o Plano Rodoviário Municipal; para Novo Airão, projeto de reforma da Coletoria Estadual; para o Município de Parintins, projeto de muro de arrimo, projeto dos equipamentos urbanos para a Colônia Agrícola "Zé Açu" e planta para localização dessa Colônia; para Japurá, projeto de cinco Escolas, Públicas na Zona Rural; para Urucará, projeto para uma galeria e estudo para expansão da cidade e, para Jutaí, projeto orçamentário e físico de um muro de arrimo.

PROCESSAMENTO DE DADOS

O processamento eletrônico de dados e informações há proporcionado à máquina administrativa estadual, maior certeza nas informações e agilização dos processos de elaboração de folhas de pagamento, dos funcionários do Estado e da

Companhia de Eletricidade de Manaus, de acompanhamento da execução orçamentária, de elaboração da Proposta do Orçamento, de contas-correntes do Banco do Estado do Amazonas, de faturamento da Companhia de Saneamento do Amazonas — COSAMA e de pesquisa sobre Orçamento Familiar, de que se incumbe a Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas — CODEAMA.

Nesse mister, pode-se dizer que a atuação do PROCESSAMENTO DE DADOS DO AMAZONAS — PRODAM, órgão da Administração Indireta, vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, é satisfatória, ao ponto de haver gerado, no correr do ano findo, a expansão de seus serviços para controlar a arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias, para processar dados de Estatística de Exportação, folhas de pagamento dos funcionários do Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas e dos servidores e pensionistas do IPASEA, faturamento das Centrais Elétricas do Amazonas — CELETRAMAZOM, além da extensão de atuação a empresas privadas e à prestação de assistência técnica ao Governo do Estado do Pará, no processamento da Proposta Orçamentária para o exercício de 1976.

E essa expansão, unida à qualidade dos serviços prestados provocou um aumento do capital social da Entidade, de Cr$ 4.810.000,00 para Cr$ 6.810.000,00, em 1975.

PROGRAMA DE TURISMO

A Empresa Amazonense de Turismo — EMAMTUR, vinculada à Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, desenvolveu atividades básicas de promoção e divulgação da realidade e potencialidade turística do Estado, por todos os quadrantes do Território Nacional e no Exterior, quer diretamente quer por intermédio dos departamentos competentes do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Para tanto, objetivando oferecer dados mais concretos e confiáveis sobre tais potencialidades, dedicou-se à identificação da realidade turística dos municípios do Interior do Esta-

do, especialmente Itacoatiara, Manacapuru, Maués, Parintins e Humaitá, este de pronto escolhido como sede de um motel, a ser construído durante o primeiro semestre deste ano.

Preocupados com os serviços oferecidos aos turistas no Estado, os técnicos da EMAMTUR cuidaram de introduzir melhoramentos nos postos de recepção instalados nos terminais de chegada — porto e aeroporto, inclusive com o disciplinamento dos serviços de transportes públicos, a exemplo do que acontece em outros centros do País, da mesma forma como, em convênio com organismos federais, principalmente o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra, do Ministério do Trabalho, oferecem cursos de treinamento destinados a melhorar o padrão de desempenho de "barman", de "maitres" e de recepcionistas de turismo.

Merece destaque final que Manaus, por ocasião da realização do 45º Congresso Anual da ASTA, foi escolhido como "Portão de Entrada do Brasil", resultado eloquente do trabalho desenvolvido no setor.

SISTEMAS DE PESSOAL E MATERIAL

O planejamento e a coordenação da execução dos Sistemas Estaduais de Pessoal e de Material competem à SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO e abrangem, no seu funcionamento, todos os órgãos da Administração Direta do Governo.

O controle efetivo do consumo de combustíveis pelos veículos, que compõem a frota do serviço público estadual, foi medida saneadora implantada desde os primeiros dias do Governo, resultando na construção de um Posto de Abastecimento próprio do Estado, em convênio com a PETROBRÁS. Da execução desse projeto pode-se mencionar considerável economia de recursos financeiros.

A experiência da descentralização dos processos de aquisição de materiais, necessários ao desenvolvimento dos vários serviços da Administração, demonstrou, segundo pesquisas a que se dedicaram os técnicos da SEAD, além do alto custo operacional, dispêndio desnecessário de recursos humanos e financeiros, principalmente pela considerável oscilação dos preços na aquisição de tais materiais. Em função dessas distorções detetadas, o Governo optou pela centralização do processo de compras, criando o Almoxarifado Central do Estado, que começará a funcionar no próximo dia 15 de março.

O Sistema de Pessoal, cujo funcionamento regular proporcionou ao Governo o cumprimento do Calendário de Pagamento do Funcionalismo, pela Secretaria de Estado da Fazenda, foi também objeto de estudos especiais, com a definição da alternativa da implantação do Banco de Dados de Pessoal do Governo Estadual, projeto já com sua fase de elaboração concluida, devendo ser implementado, com o auxílio da PRODAM, ainda neste primeiro semestre. A conclusão desse projeto oferecerá ao Governo maior confiabilidade dos dados necessários à definição e alteração da política de pessoal do Estado.

EXPANSÃO DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

Profundo foi o esforço desenvolvido no setor, com vistas a dotar esse órgão da Administração Indireta, vinculado à SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, de condições técnicas que lhe permitam suprir as várias Unidades Administrativas de todo o material de impressão de que necessitam para o desempenho de seus serviços.

O Diário Oficial do Estado foi publicado com a mais absoluta regularidade, validando com pontualidade os atos praticados pelos Poderes do Estado. O parque de impressão, em Of/Set ou em Tipografia foi, também, constantemente utilizado pelos órgãos estaduais e, para que o atendimento pudesse ser mais eficiente, desenvolveram-se programas de treinamento e especialização de servidores e aumentou-se o patrimônio da entidade com a aquisição de novos equipamentos absolutamente enquadrados no rigor das modernas técnicas.

Resultado desse trabalho foi o aumento do faturamento da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO, em relação ao exercício financeiro de 1974, de CR$ 1.705.970,00.

PESQUISAS DO SETOR ECONÔMICO

A Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas — CODEAMA, órgão de apoio das atividades de planejamento do Governo, dedicou especial atenção a projetos de pesquisas na área econômica, com vistas ao fortalecimento das decisões no setor, sempre tão profundas e relevantes, principalmente no momento atual, em que a economia amazonense vive todo um processo de reestruturação, em razão do funcionamento pleno da Zona Franca de Manaus.

Destaca-se a Primeira Pesquisa sobre Orçamentos Familiares, buscando a obtenção de indicadores econômicos, sociais e demográficos e a determinação dos fatores de ponderação do orçamento doméstico, com vistas à elaboração dos índices de Custo de Vida de Manaus. Em convênio com a Fundação Getúlio Vargas, o Instituto Brasileiro de Economia, a Superintendência da Zona Franca de Manaus e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, foram pesquisadas, em 1975, as áreas de alimentação e bebidas, habitação, artigos de Residência, Assistência à Saúde e Higiene, Vestuário, Serviços Pessoais e Serviços Públicos e de Utilidade Pública.

Destaca-se, outrossim, a Pesquisa do Setor Terciário — Comércio e Intermediários Financeiros — do Estado do Amazonas, em convênio com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, objetivando a elaboração de diagnóstico do setor, abrangendo Manaus e os Municípios de Manacapuru, Parintins, Itacoatiara, Maués e Coari.

PRÉDIOS PÚBLICOS

A SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS executou, em 1975, o programa de construção e recuperação de prédios públicos, na Capital e no Interior do Estado, aplicando recursos da ordem de Cr$ 7.164.000,00.

As obras de recuperação envolveram os Grupos Escolares Hermenegildo de Campos, Murilo Braga, Getúlio Vargas, Melo Póvoas, Carvalho Leal, Fernando Ellis Ribeiro, Coronel Cruz, Mendonça Furtado, Santina Filizola, Francisco Lopes Braga, Inez de Nazaré Vieira, Monsenhor Coutinho, Oswaldo Cruz, Vital de Mendonça, Cônego de Azevedo, Major Silva Coutinho, Senador Cunha Melo, Barão do Rio Branco, Araújo Filho, Benjamin Constant e Padre Agostinho; o Ginásio Angelo Ramazotti; o Colégio Solon de Lucena; o Ginásio Imaculada Conceição, o Estádio Vivaldo Lima; os Hospitais de Humaitá e Getúlio Vargas; o Instituto Melo Mattos e o Educandário Darcy Vargas; o Colégio Tiradentes e a Unidade Educacional Ruy Araújo; o Colégio Estadual do Amazonas, a Maternidade Ana Nery, o Arquivo Público, o Ginásio Renée Monteiro, a Penitenciária Central e Exatorias de Rendas, no Interior do Estado.

Especial atenção determinamos fôsse dedicada aos projetos de construção do prédio Forum, que abrigará os serviços auxiliares do Tribunal de Justiça e as Varas Cíveis e de Menores e do Poder Judiciário, das novas instalações da Assembléia Legislativa do Estado, em fase de conclusão, do Centro de Educação Física e Desportos para a Rede Escolar de Manaus e do prédio da Secretaria de Fazenda.

INSTRUMENTO DA AÇÃO DO GOVERNO

Todas essas atividades, listadas até aqui, somente foi possível realizar porque, paralelamente, o Governo também cuidou de construir e preservar os alicerces institucionais e financeiros indispensáveis, agilizando e modernizando a ação do planejamento, da coordenação geral, da máquina arrecadadora e administrativa interna.

Com pouco mais de um mês à frente do Executivo, determinamos a realização de estudos que culminaram com a alteração dos vencimentos de quase 50% do funcionalismo estadual, em razão dos novos níveis de salário-mínimo aprovados pelo Governo Federal. Todos os titulares de cargos

congregados nos Grupos de I a V e os servidores contratados com salários iguais aos vencimentos daqueles cargos tiveram sua remuneração reajustada, em pelo menos 19%, a significar um aumento de Cr$ 7.000.000,00 na despesa com Pessoal.

O Conselho Estadual de Política Salarial, órgão colegiado de assessoramento direto ao Governador do Estado, aprovou, durante o período de abril a dezembro do ano findo, a modernização dos Quadros de Pessoal do ICOTI, da SEDAM, da SUPLAN, Secretaria de Justiça, do Gabinete do Governador, da PRODAM, da Secretaria de Serviços Sociais, da EMAMTUR, do DETRAN e da CODEAMA, buscando estabelecer a igualdade de remuneração para empregos iguais ou de atribuições assemelhadas, em cumprimento a preceito constitucional e a determinação da Lei Estadual n° 1029, de 1971, que estabeleceu as diretrizes gerais da política salarial do Governo.

Ao mesmo tempo, o CEPS assessorou na aprovação de alterações de estruturas organizacionais, do que são exemplos as Secretarias de Estado de Transportes, de Trabalho e Serviços Sociais, de Administração e de Produção Rural, o Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal, com vistas a oferecer maiores e mais modernas condições de desempenho desses setores.

Os vencimentos do funcionalismo estadual foram reajustados com percentuais que variaram de 20% a 40%, em processo no qual fazemos questão de ressaltar a importância das funções desempenhadas, com elegância e sabedoria, pelos Senhores Deputados.

Mais da metade quantitativa de servidores foi atingida com o aumento mais elevado, situando-se nessa faixa a Magistratura, o Ministério Público, o Tribunal de Contas e todos os que percebiam vencimentos ou salários iguais ou inferiores a Cr$ 600,00, onde estavam os funcionários titulares de cargos efetivos enquadrados nos cinco Grupos criados pela Lei n.° 1129.

Os servidores, com vencimentos ou salários superiores a Cr$ 600,00 e inferiores ou iguais a Cr$ 1.500,00, receberam reajustamento de 30%, aí se situando a quase totalidade do Magistério Estadual e das Carreiras Policiais.

Finalmente, aqueles que, em 31 de dezembro, eram remunerados com mais de CR$ 1.500,00, tiveram seus vencimentos ou salários aumentados em 20%.

Criaram-se os cargos de Agente de Sistemas, em atendimento a antigas aspirações de mais de 150 servidores que têm oferecido o apoio humano básico ao funcionamento do modelo sistêmico de administração, e a carreira de Procurador do Estado, como início do Plano de Classificação de Cargos do Serviço Civil do Poder Executivo.

Outro projeto que fazemos questão de referir — e que igualmente recebeu pronta aprovação de Vossas Excelências - é da atualização da legislação sobre Pensões Especiais, com a fixação de critérios para concessão, pagamento e extinção do benefício e a revogação de toda a vasta legislação esparsa sobre a matéria. No ensejo, como medida da mais profunda justiça social, foram os valores dessas Pensões reajustados de sorte a restituir e manter o "status" econômico, que cada uma delas procurou preservar no momento de sua concessão.

Ao Pessoal Militar foi concedida a Gratificação de Risco de Vida, em percentual de 60% incidente sobre o soldo, reajustando-se o valor da Etapa de Alimentação em 25%.

Não se descuidou o Governo do aprimoramento da qualidade de seus funcionários. Recursos foram aplicados em formação, especialização e treinamento dos servidores das várias Unidades Administrativas, principalmente através da Escola de Serviço Público do Estado do Amazonas, subordinada à Secretaria de Administração. No desenvolvimento desses programas, vários organismos federais foram envolvidos, inclusive com participação financeira, e a ESPEA, para melhor se desincumbir de suas funções, teve sua estrutura organizacional modernizada.

Entrou em funcionamento, no período, o Centro de Treinamento de Professores, com atividades especialmente voltadas para a melhoria do padrão de desempenho do Magistério Estadual.

O Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas — CODAM foi reestruturado, para permitir a participação

dos Titulares das Secretarias da área social e do Prefeito de Manaus e, já com essa composição, há servido de instrumento da mais alta significação para o estudo e o encaminhamento de decisões do Governo.

Criou-se o Conselho de Defesa dos Capitais do Estado, vinculado à Secretaria de Fazenda, com a função primordial de examinar e julgar a capacidade de endividamento dos órgãos públicos estaduais, da Administração Direta e Indireta, com vistas a evitar compromissos sem a necessária capacidade de retorno do investimento. Qualquer empréstimo, junto a organismos nacionais ou estrangeiros, somente pode ser contraído pelas Unidades Administrativas do Estado, quando devidamente aprovados por esse Conselho, para depois subir à decisão do Legislativo.

Os organismos federais estiveram sempre presentes no fortalecimento dos instrumentos de ação do Governo, do que são prova concreta os convênios e ajustes assinados num total de 47 milhões, inclusive 30 milhões para o Plano Integrado de Desenvolvimento da Cidade de Manaus e mais de 7 milhões do POLAMAZÔNIA.

O aprimoramento dos mecanismos de controle do Sistema Estadual de Orçamento, a cargo da Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas — CODEAMA, significando modernização das técnicas utilizadas, e o perfeito entrosamento das Secretarias de Fazenda e de Planejamento e Coordenação Geral, aquela com a agilização do processo de fiscalização e esta com o emprego de modernas práticas de controle efetivo, permitiram equilibrado desempenho orçamentário e financeiro durante o ano de 1975.

Da eficiência da máquina arrecadadora e do controle orçamentário de receita e despesa, aliada à participação eficaz do contribuinte, resultou a superação das profundas dificuldades que também atingiram o Amazonas porque afligem o Mundo, num momento de crise recessiva que preocupa profundamente os governantes.

A Receita Realizada foi de Cr$ 707.547.435,00, inclusive com Transferências da União, superando a previsão orçamentária em Cr$ 74.863.435,00, superavit que se verificou principalmente no Grupo de Tributação. (Anexos I, II, III e IV).

Sobre o exercício de 1974, houve um incremento de Receita de 40,73%, significando Cr$ 204.786.818,00 (Anexo V).

A Despesa Realizada em 1975 atingiu o montante de Cr$ 695.313.396,00, com um crescimento de 38,63% em comparação ao exercício financeiro de 1974. (Anexos VI a XI).

Tem-se, assim, pelos números apresentados, que os instrumentos utilizados permitiram um superavit da ordem de Cr$ 12.234.039,00, no final do exercício financeiro. (Anexo XII).

É mister destacar que os compromissos assumidos com fornecedores foram saldados com a mais absoluta regularidade e que o pagamento do funcionalismo estadual obedeceu rigorosamente ao calendário previamente estabelecido, encerrando-se antes do final de cada mês.

Não basta, Senhores Deputados, o realizado. Nem todas as prioridades foram trabalhadas, em 1975, porque novos problemas também urgentes foram emergindo e, do seu conhecimento e de sua análise técnica, muitas das vezes as atenções tiveram de para eles se voltar.

Para 1976, como resultado do processo de planejamento ascendente, consultadas as lideranças da Comunidade e as aspirações populares, principalmente através do relevante trabalho de Vossas Excelências, definimos como prioritárias as áreas de:

• abastecimento, com ação para tornar auto-suficientes os principais Municípios do Interior do Estado, evitando que as populações se abasteçam em Manaus, melhorando o abastecimento na Capital e os preços de gêneros como alho, batata, cebola, milho, arroz, farinha, carne, leite e produtos hortigranjeiros. O projeto de higienização dos Mercados deverá ser efetivamente deslanchado e o Terminal Pesqueiro, cuja construção anunciamos com especial ênfase, servirá de base de sustentação para o desenvolvimento do programa;

• segurança pública, com a alocação de recursos financeiros da ordem de Cr$ 9 milhões, destinados ao reequipamento dos mecanismos policiais, abrangendo mesmo a qualificação dos servidores;

• problemas urbanos, significando a correção e a orientação do crescimento de Manaus, com a melhoria da infra-estrutura urbana e suburbana de água, esgotos, energia elétrica e de transportes. Igual programa será desenvolvido nos pontos de crescimento do Interior do Estado.

Para a viabilização desse último programa, acabamos de instituir o Fundo de Desenvolvimento do Interior, cujos recursos deverão ser destinados, também, à realização de serviços de infra-estrutura da área rural.

Encerramos, assim, o primeiro ano do Governo.

Temos a certeza de haver conseguido fortalecer a paz e a ordem político-social, mesmo quando, para tanto fomos obrigados a lançar mão de medidas de controle mais eficaz e ostensivo, oportunamente reclamadas pela vontade soberana dos ilustres representantes do Povo.

Com o Poder Legislativo mantivemos, e expressamos o próposito da mesma atitude, as mais estreitas relações de respeito e cordialidade. Se divergências, aliás naturais, surgiram, não geraram ressentimentos, porque o diálogo sempre foi franco, sem subterfúgios, dentro de elevado padrão e ao nível das homenagens que esse Augusto Poder nos merece.

Nobres e edificantes foram também as relações com o Egrégio Poder Judiciário, cujo respaldo jurídico recebemos, objetivando o convencimento da legalidade das decisões do Executivo, e isto particularmente nos sensibilizou, pois somos egresso daquele Poder, a quem respeitamos por convicção de Governante e de Juiz.

Dos organismos federais, civis e militares, recebemos, ao longo deste ano de Governo, inequívoco apoio. Se deles por vezes reclamamos mais, não o fazemos por nós como Governante, mas sim pelas reais necessidades do Amazonas, necessidades tão bem compreendidas pelo ilustre Presidente Ernesto Geisel, a quem entregaremos, na sua próxima visita a Manaus, documento sugerindo outros programas especiais de desenvolvimento.

Confiamos plenamente no Chefe da Nação; o Chefe da Nação nos compreende e conhece o nosso entusiasmo para realizar, sem titubeios ou hesitações perante as dificuldades, pois sabemos a urgência de agir, somando a nossa tenacidade ao esforço comum de integração nacional.

Das classes empresariais e sindicalizadas, dos profissionais liberais e, de maneira especial, do povo, obtivemos sempre a participação direta ou indireta, na ação do nosso Governo. Das várias confissões religiosas recebemos o conforto de suas puras manifestações de fé e de confiança em continuação às bençãos divinas derramadas sobre nosso Governo e o Povo do Amazonas, quando da realização do IX Congresso Eucarístico Nacional.

Declaramos, em nosso discurso de posse, que cada cidadão seria co-responsável pelo nosso Governo. Esta tem sido a nossa meta: a participação de todos, efetiva e presente pela conjugação de esforços dos Prefeitos do Interior e da Capital do Estado. Temos governado de frente para o povo, com ele vivendo os seus mais legítimos anseios.

Havemos de continuar dentro do mesmo comportamento. Não pouparemos energias e prosseguiremos, sem desfalecimento, a trabalhar pela prosperidade do Amazonas, Estado nosso torrão natal, Estado que nos projetou no cenário jurídico nacional, Estado que recebemos para mais amar, como Governador, quando encontramos a generosidade do povo, a confiança, o dinamismo, o entusiasmo de auxiliares dedicados e inteligentes, bem como a nobreza de caráter e de patriotismo de homens públicos, fiéis aos sagrados princípios da democracia e dos postulados cristãos, defensores intransigentes de cosnciente e bem dirigida liberdade.

Senhores Parlamentares,

Ilustres Representantes do Povo Amazonense,

Eis o resultado de atividades de um Governo que ao povo respeita e a Vossas Excelências homenageia, na convicção de que, unidos, continuaremos a trabalhar pelo bem estar do Homem Amazonense.

Ministro HENOCH DA SILVA REIS
Governador do Estado

ANEXO I

COMPARATIVO DA RECEITA PREVISTA COM A ARRECADADA (RECEITA GLOBAL)

Cr$ 1,00

FONTES	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	VARIAÇÃO
1 — ARRECADAÇÃO DO ESTADO	296.517.000	369.274.967	72.757.967
— Receita Tributária	276.268.000	338.469.856	62.203.856
— Receita Patrimonial	5.740.000	5.308.995	(-) 431.005
— Receita Industrial	1.000	—	(-) 1.000
— Transferências Correntes	1.000.000	2.418.648	1.418.648
— Receita Diversas	13.510.000	23.077.468	9.567.468
2 — TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	336.167.000	338.272.468	2.105.468
— Transferências Correntes	97.746.000	88.103.106	(-) 9.642.894
— Transferência de Capital	238.421.000	250.169.362	11.748.362
TOTAL	632.684.000	707.547.435	74.863.435

ANEXO II

DEMONSTRATIVO DA RECEITA ARRECADADA POR FONTES E POR RUBRICAS (RECEITA GLOBAL)

Cr$ 1,00

FONTES	ARRECADAÇÃO	
	Cr$	%
1 — ARRECADAÇÃO DO ESTADO	369.274.967	52,20
— Receita Tributária	338.469.856	47,84
— Receita Patrimonial	5.308.995	0,75
— Transferências Correntes	2.418.648	0,34
— Receitas Diversas	23.077.468	3,27
2 — TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	338.272.468	47,80
— Transferências Correntes	88.103.106	12,45
— Transferências de Capital	250.169.362	35,35
TOTAL	707.547.435	100,00

COMPARATIVO DA RECEITA PREVISTA COM A ARRECADADA (ARRECADAÇÃO DO ESTADO)

FONTES	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	VARIAÇÃO
RECEITA TRIBUTÁRIA	276.266.000	338.469.856	62.203.856
IMPOSTOS	273.500.000	335.098.197	61.598.197
— Imposto s/Transmissão de Bens Imóveis	3.500.000	3.554.397	54.397
— Imposto s/Circulação de Mercadorias	270.000.000	331.543.800	61.543.800
TAXAS	2.766.000	3.371.659	605.659
— Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	155.000	202.523	47.523
— Taxas pela Prestação de Serviços	2.611.000	3.169.136	558.136
RECEITA PATRIMONIAL	5.740.000	5.308.995	(-) 431.005
— Participação e Dividendos	5.740.000	5.308.995	(-) 431.005
RECEITA INDUSTRIAL	1.000	—	(-) 1.000
— Receita de Serviços Industriais	1.000	—	(-) 1.000
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.000.000	2.418.648	1.418.648
— Imposto de Renda Retido na Fonte	1.000.000	2.418.648	1.418.648
RECEITAS DIVERSAS	13.510.000	23.077.468	9.567.468
— Multas	4.500.000	5.967.955	1.467.955
— Indenizações e Restituições	700.000	3.158.143	2.458.143
— Cobrança da Dívida Ativa	1.500.000	1.202.638	(-) 297.362
— Outras Receitas Diversas	6.810.000	12.748.732	5.938.732
TOTAL	296.517.000	369.274.967	72.757.967

ANEXO IV

DEMONSTRATIVO DA RECEITA ARRECADADA POR FONTES E POR RUBRICAS (ARRECADAÇÃO DO ESTADO)

FONTES	ARRECADAÇÃO	
	CR$	%
RECEITA TRIBUTÁRIA	338.469.856	91,66
IMPOSTOS	335.098.197	90,75
— Impostos s/ Transmissão de Bens Imóveis	3.554.397	0,96
— Imposto s/ Circulação de Mercadorias	331.543.800	89,79
TAXAS	3.371.659	0,91
— Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	202.523	0,05
— Taxas pela Prestação de Serviços	3.169.136	0,86
RECEITA PATRIMONIAL	5.308.995	1,44
— Participações e Dividendos	5.308.995	1,44
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.418.648	0,66
— Imposto de Renda Retido na Fonte	2.418.648	0,66
RECEITAS DIVERSAS	23.077.468	6,24
— Multas	5.967.955	1,61
— Indenizações e Restituições	3.158.143	0,85
— Cobrança da Dívida Ativa	1.202.638	0,32
— Outras Receitas Diversas	12.748.732	3,46
TOTAL	369.274.967	100,00

COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADADA ENTRE OS EXERCÍCIOS DE 1974 e 1975

FONTES	ARRECADAÇÃO		DIFERENÇAS	
	1974	1975	Cr$	%
ARRECADAÇÃO DO ESTADO	234.032.932	369.274.967	135.242.035	57,78
RECEITA TRIBUTÁRIA	211.019.113	338.469.856	127.450.743	60,39
IMPOSTOS	208.186.326	335.098.197	126.911.871	60,96
— Imposto s/Transmissão de Bens Imóveis	3.709.172	3.554.397	(-) 154.775	(-) 4,17
— Imposto s/Circulação de Mercadorias	204.477.154	331.543.800	127.066.646	62,14
TAXAS	2.832.787	3.371.659	538.872	19,02
— Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	294.658	202.523	(-) 92.135	(-) 31,26
— Taxas p/Prestação de Serviços	2.538.129	3.169.136	631.007	24,86
RECEITA PATRIMONIAL	4.715.275	5.308.995	593.720	12,59
— Participações e Dividendos	4.715.275	5.308.995	593.720	12,59
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	871.691	2.418.648	1.546.957	177,46
— Imposto de Renda Retido na Fonte	871.691	2.418.648	1.546.957	177,46
RECEITAS DIVERSAS	17.426.853	23.077.468	5.650.615	32,42
— Multas	4.484.024	5.967.955	1.483.931	33,09
— Indenizações e Restituições	1.704.192	3.158.143	1.453.951	85,31
— Cobrança da Dívida Ativa	1.313.640	1.202.638	(-) 111.002	(-) 8,44
— Outras Receitas Diversas	9.924.997	12.748.732	2.823.735	28,45
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	268.127.685	338.272.468	70.144.783	26,16
— Transferências Correntes	57.047.130	88.103.106	31.055.976	54,43
— Transferências de Capital	211.080.555	250.169.362	39.088.807	18,51
OUTRAS FONTES	600.000	—	(-) 600.000	100,00
— Transferências Correntes	600.000	—	(-) 600.000	100,00
TOTAL	502.760.617	707.547.435	204.786.818	40,73

COMPARATIVO DA DESPESAS AUTORIZADAS COM A REGISTRADA

CR$ 1,00

ÓRGÃOS	DESPESA AUTORIZADA	DESPESA REGISTRADA	MENOR DESPESA
PODER LEGISLATIVO	17.760.867	16.929.615	831.252
- Assembléia Legislativa	10.126.859	9.306.396	820.463
- Tribunal de Contas	7.634.008	7.623.219	10.789
PODER JUDICIÁRIO	13.557.349	13.420.973	136.376
- Tribunal de Justiça	10.426.940	10.365.836	61.104
- Corregedoria Geral de Justiça	344.730	338.337	6.393
- Justiça Militar	126.080	107.778	18.302
- Serventuários de Justiça	1.517.910	1.486.841	31.069
- Vara da Família	1.127.550	1.108.043	19.507
- Depósito Público	14.139	14.138	1
PODER EXECUTIVO	730.137.256	664.926.808	65.174.448
- Gabinete do Governador	39.181.630	32.337.382	6.844.248
- Secretaria de Planejamento e Coodenação Geral	80.443.491	67.429.405	13.014.086
- Secretaria de Administração	6.966.900	6.662.470	304.430
- Secretaria de Fazenda	128.580.829	124.001.769	4.579.060
- Secretaria de Justiça	8.271.759	8.186.311	85.448
- Secretaria de Serviços Sociais	7.179.782	6.426.868	752.914
- Secretaria de Saúde	51.650.807	50.403.155	1.247.652
- Secretaria de Educação	135.571.819	117.328.839	18.242.980
- Secretaria de Produção Rural	24.054.894	22.715.582	1.339.312
- Secretaria de Indústria e Comércio	2.658.000	2.482.970	175.030
- Secretaria de Transportes	120.807.270	107.404.479	13.402.791
- Secretaria de Energia e Saneamento Básico	76.138.500	71.162.569	4.975.931
- Secretaria de Segurança Pública	48.631.575	48.421.009	210.566
TOTAL	761.455.472	695.313.396	66.142.076

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

Cr$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA Cr$	%
DESPESAS CORRENTES	437.663.781	62,94
DESPESAS DE CUSTEIO	242.155.168	34,82
Pessoal	196.299.158	28,23
Material de Consumo	19.714.247	2,83
Serviços de Terceiros	19.203.483	2,76
Engargos Diversos	3.949.868	0,57
Despesas de Exercícios Anteriores	2.988.412	0,43
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	195.508.613	28,12
Subvenções Sociais	2.871.900	0,41
Inativos	38.413.458	5,53
Pensionistas	861.518	0,12
Salário Familia	9.842.698	1,42
Juros	3.247.245	0,47
Contribuições de Previdência Social	18.149.462	2,61
Diversas Transferências Correntes	122.122.332	17,56
Entidades Estaduais	50.625.844	7,28
Entidades Municipais	65.190.979	9,37
Fundações Instituidas pelo Poder Público	6.305.509	0,91
DESPESAS DE CAPITAL	257.649.615	37,06
Investimentos	77.479.349	11,14
Obras Públicas	30.000	0,01
Serviços em Regime de Programação Especial	69.009.000	9,92
Equipamentos e Instalações	3.702.169	0,53
Material Permanente	2.255.210	0,32
Participação em constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais ou Agricolas	2.482.970	0,36
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	180.170.266	25,92
Amortização da Divida Pública	14.002.058	2,02
Auxilios para Obras Públicas	17.047.880	2,45
Contribuições Diversas	149.120.328	21,45
Entidades Estaduais	78.072.832	11,23
Diversas	71.047.496	11,22
TOTAL	695.313.396	100,00

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA E FONTES DE RECURSOS

Cr$ 1,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ARRECADAÇÃO DO ESTADO	TRANSF. DA UNIÃO	TOTAL
PODER LEGISLATIVO	16.929.615	—	16.929.615
— Assembléia Legislativa	9.306.396	—	9.306.396
— Tribunal de Contas	7.623.219	—	7.623.219
PODER JUDICIÁRIO	13.420.973	—	13.420.973
— Tribunal de Justiça	10.365.836	—	10.365.836
— Corregedoria Geral de Justiça	338.337	—	338.337
— Justiça Militar	107.778	—	107.778
— Serventuários de Justiça	1.486.841	—	1.486.841
— Vara da Família	1.108.043	—	1.108.043
— Depósito Público	14.138	—	14.138
PODER EXECUTIVO	323.409.030	341.553.778	664.962.808
— Gabinete do Governador	14.929.502	17.407.880	32.337.382
— Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral	1.785.958	65.643.447	67.429.405
— Secretaria de Administração	5.662.470	—	5.662.470
— Secretaria de Fazenda	111.189.898	12.811.871	124.001.769
— Secretaria de Justiça	8.186.311	—	8.186.311
— Secretaria de Serviços Sociais	4.951.454	1.475.414	6.426.868
— Secretaria de Saúde	31.334.409	19.068.746	50.403.155
— Secretaria de Educação e Cultura	90.150.774	27.178.065	117.328.839
— Secretaria de Produção Rural	4.886.194	17.829.388	22.715.582
— Secretaria de Indústria e Comércio	649.980	1.832.990	2.482.970
— Secretaria de Transportes	145.998	107.258.481	107.404.479
— Secretaria de Energia e Saneamento Básico	115.073	71.047.496	71.162.569
— Secretaria de Segurança Pública	48.421.009	—	48.421.009
TOTAL	353.759.618	341.553.778	695.313.396

ANEXO IX

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REGISTRADA COM A PAGA

Cr$ 1,00

ORGÃOS	DESPESA REGISTRADA	DESPESA PAGA	RESTOS A PAGAR
PODER LEGISLATIVO	16.929.615	16.929.615	
— Assembléia Legislativa	9.306.396	9.306.396	—
— Tribunal de Contas	7.623.219	7.623.219	—
PODER JUDICIÁRIO	13.420.973	13.420.973	—
— Tribunal de Justiça	10.365.836	10.365.836	—
— Corregedoria Geral de Justiça	338.337	338.337	—
— Justiça Militar	107.778	107.778	—
— Serventuários de Justiça	1.486.841	1.486.841	—
— Vara da Família	1.108.043	1.108.043	—
— Depósito Público	14.138	14.138	—
PODER EXECUTIVO	664.962.808	625.169.324	—
— Gabinete do Governador	32.337.382	25.650.294	6.687.088
— Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral	67.429.405	46.238.217	21.191.188
— Secretaria de Administração	6.662.470	6.199.962	462.508
— Secretaria de Fazenda	124.001.769	120.198.414	3.803.355
— Secretaria de Justiça	8.186.311	8.129.926	56.385
— Secretaria de Serviços Sociais	6.426.868	6.117.560	309.308
— Secretaria de Saúde	50.403.155	47.811.807	2.591.348
— Secretaria de Educação e Cultura	117.328.839	116.429.446	899.393
— Secretaria de Produção Rural	22.715.582	20.855.671	1.859.911
— Secretaria de Indústria e Comercio	2.482.970	2.482.970	—
— Secretaria de Transportes	107.404.479	105.815.229	1.589.250
— Secretaria de Energia, Telecomunicações Saneamento Básico	71.162.569	71.162.569	—
— Secretaria de Segurança Pública	48.421.009	48.077.259	343.750
TOTAL	695.313.396	655.519.912	39.793.484

ANEXO X

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR FONTES DE RECURSOS

FONTES	DESPESA REGISTRADA	DESPESA PAGA	RESTOS A PAGAR
Arrecadação do Estado	353.759.618	345.200.894	8.558.724
Fundo de Participação	97.610.301	93.584.745	4.025.556
Fundo Especial	53.859.890	48.239.937	5.619.953
Taxa Rodoviária Única	3.886.860	2.297.610	1.589.250
Reserva Especial do Fundo Especial	680.000	680.000	—
Importância Única s/Energia Elétrica	51.047.496	51.047.496	
Imposto Único s/Lubrificantes e Combustiveis Liquidos e Gasosos	99.469.231	99.469.231	—
Outras Fontes	35.000.000	15.000.000	20.000.000
TOTAL	695.313.396	655.519.913	39.793.483

COMPARATIVO DA DESPESA ENTRE OS EXERCÍCIOS DE 1974 e 1975

Cr$ 1,00

CATEGORIAS ECONÔMICAS	1974	1975	VARIAÇÃO Cr$	VARIAÇÃO %
DESPESAS CORRENTES	272.461.117	437.663.781	165.202.664	60,63
DESPESAS DE CUSTEIO	163.697.535	242.155.168	78.457.633	47,92
Pessoal	128.490.251	196.299.158	67.808.907	52,77
Material de Consumo	14.972.299	19.714.247	4.741.948	31,67
Serviços de Terceiros	13.907.623	19.203.483	5.295.660	38,07
Encargos Diversos	2.140.795	3.949.868	1.809.073	84,50
Desp. Exerc. Anteriores	4.186.367	2.988.412	(-) 1.197.955	28,61
TRANSF. CORRENTES	108.763.582	195.508.613	86.745.031	79,75
Subvenções Sociais	1.429.960	2.871.900	1.441.940	100,83
Inativos	27.191.573	38.413.458	11.221.885	41,26
Pensionistas	631.349	861.518	230.169	36,45
Salário-Família	7.826.554	9.842.698	2.016.144	25,76
Juros	5.117.834	3.247.245	(-) 1.870.589	(-) 36,55
Contrib. Prev. Social	10.165.550	18.149.462	7.983.912	78,53
Div. Transf. Correntes				
— Entidades Estaduais	11.637.907	50.625.844	38.987.937	335,00
— Entidades Municipais	41.011.192	65.190.979	24.179.787	58,95
— Fundações Inst. pelo Poder Público	3.751.663	6.305.509	2.553.846	68,67
DESPESAS DE CAPITAL	229.089.795	257.649.615	28.559.820	12,46
INVESTIMENTOS	22.317.166	77.479.349	55.162.183	247,17
Obras Públicas	—	30.000	30.000	100,00
Serviços em Regime de Prog. Especial	16.277.123	69.009.000	52.731.877	326,96
Equipamentos e Instalações	2.164.172	3.702.169	1.537.997	71,06
Material Permanente	1.175.871	2.255.210	1.079.339	91,79
Participação ou Constituição etc.	2.700.000	2.482.970	(-) 217.030	(-) 0,80
INVERSÕES FINANCEIRAS	11.894.224	—	(-) 11.894.224	(-) 100,00
Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Comerciais ou Financeira	11.894.224	—	(-) 11.894.224	(-) 100,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	194.878.405	180.170.266	(-) 14.708.139	(-) 7,54
Amortização da Dívida Pública	9.038.229	14.002.058	4.965.829	54,95
Aux. p/Obras Públicas	41.302.014	17.047.880	(-) 24.254.134	(-) 58,72
Contrib. Diversas				
— Entidades Estaduais	93.289.942	78.072.832	(-) 15.217.110	(-) 16,31
— Diversas	51.250.220	71.047.496	19.797.276	38,62
TOTAL	501.550.912	695.313.396	193.762.484	38,63

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, POR FONTES DE RECURSOS

FONTES	RECEITA REALIZADA	DESPESA REGISTRADA	— DEFICIT + SUPERAVIT
Arrecadação do Estado	369.274.967	353.759.618	(+) 15.515.340
Fundo de Participação	97.967.827	97.610.302	(+) 357.525
Fundo Especial	54.740.442	54.339.890	(+) 200.552
Cotas do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líq. e Gasosos	99.469.231	99.469.231	—
Cotas do Imposto Único sobre Energia Elétrica	51.047.495	51.047.495	—
Cotas da Taxa Rodoviária Única	4.033.242	3.886.860	(+) 146.382
Cotas do Imposto Único sobre Minerais do País	1.014.231	—	(+) 1.014.231
Outras Fontes	30.000.000	35.000.000	(—) 5.000.000
TOTAL	707.547.435	695.313.396	(+) 12.234.039

SITUAÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES CONSTANTES DO PDA - 1979

EM 20 DE FEVEREIRO DE 1979

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Previsto no PDA (Cr$ 1,00)	FONTE	AUTORIZAÇÃO - Cr$ 1,00 Anterior (1)	Anulações (2)	Posterior (A)	Realizado (Cr$ 1,00) (B)	SALDO (Cr$ 1,00) (C = A - B)
03080731.063	Participação do Estado no Aumento do Capital da [illegible]	10.000.000	30	10.000.000	-	10.000.000	10.000.000	-
03131051.005	Projetos de Estudos e Pesquisas de Recursos Minerais	2.000.000	25	150.000	-	150.000	-	150.000
03070251.001	Conclusão e/ou Recuperação de Prédios Públicos Estaduais	1.000.000	00	885.000	-	885.000	885.000	-
			21	4.900.000	1.100.000	3.800.000	3.800.000	-
			22	3.659.000	500.000	3.159.000	3.159.000	-
03070114.003	Funcionamento do Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal	3.000.000	22	3.200.000	-	3.200.000	3.200.000	-
03080231.055	Construção de um Prédio para a Secretaria de Fazenda	5.000.000	22	3.500.000	-	3.500.000	3.500.000	-
04130651.023	Contribuição para o Fundo de Desenvolvimento Rural	2.500.000	21	3.472.500	1.200.000	2.272.500	2.272.500	-
			22	1.138.000	-	1.138.000	1.138.000	-
04150801.020	Desenvolvimento da Cultura de Arroz, Feijão e Milho	770.000	22	770.000	-	770.000	770.000	-
04150801.021	Desenvolvimento da Olericultura	630.000	22	630.000	-	630.000	630.000	-
04150804.022	Racionalização da Cultura da Juta	300.000	22	300.000	-	300.000	300.000	-
04150804.024	Racionalização e Desenvolvimento da Cultura do Guaraná	300.000	22	1.000.000	-	1.000.000	1.000.000	-
04150804.025	Desenvolvimento da Cultura da Pimenta do Reino	350.000	22	385.000	-	385.000	385.000	-
04150821.030	Desenvolvimento da Defesa Sanitária Animal	350.000	22	363.000	-	363.000	363.000	-
04150211.028	Racionalização da Cultura da Borracha	1.000.000	22	499.380	-	499.380	499.380	-
04070242.090	Funcionamento dos Órgãos de Apoio para a Execução do Programa Agropecuário	1.180.000	22	178.565	-	178.565	178.565	-
			00	4.150	-	4.150	4.150	-
04070232.096	Manutenção do Suporte Técnico-Administrativo na Execução do Programa Agropecuário	650.000	22	680.000	75.000	605.000	605.000	-
04080482.055	Contribuição do Estado para o Sistema Nacional de Planejamento Agrícola	750.000	22	466.650	-	466.650	466.650	-
04130211.096	Titulação de Terras	300.000	22	250.000	-	250.000	250.000	-
04130681.057	Desenvolvimento do Cooperativismo no Estado	1.000.000	22	499.380	-	499.380	499.380	-
04130881.028	Desenvolvimento da Avicultura	300.000	22	550.000	-	550.000	550.000	-
04130881.026	Desenvolvimento da Bovinocultura de Corte	1.180.000	22	1.760.000	-	1.760.000	1.760.000	-
04130881.027	Desenvolvimento da Bovinocultura de Leite	1.150.000	22	1.150.000	-	1.150.000	1.150.000	-
04130881.029	Desenvolvimento da Bubalinocultura	250.000	22	250.000	-	250.000	250.000	-
04160951.035	Construção de uma Rede de Armazéns Silos no Estado	5.000.000	22	3.000.000	-	3.000.000	3.000.000	-
13760471.035	Implantação do Serviço de Abastecimento d'Água no Interior do Estado (3)	1.000.000	22	-	-	-	-	-
13765441.010	Construção do Novo Sistema de Esgotos Sanitários de Manaus	17.000.000	22	5.000.000	-	5.000.000	5.000.000	-
			22	10.000.000	-	10.000.000	10.000.000	-
13754321.061	Reequipamento da Rede Hospitalar da Capital (3)	1.000.000	22	-	-	-	-	-
13754322.069	Funcionamento da Rede Hospitalar da Capital	28.769.000	00	13.526.136	-	13.526.136	13.526.136	-
			22	40.452.000	-	40.452.000	40.386.190	96.810
13754322.071	Operação da Rede Hospitalar do Interior do Estado	[illegible]	00	5.689.610	-	5.689.610	5.553.020	136.590
			22	7.330.000	618.000	6.712.000	6.680.480	31.520
08413182.080	Manutenção do Ensino de 1º Grau	8.770.000	00	34.190.175	-	34.190.175	33.683.640	506.535
			01	1.600.000	-	1.600.000	1.558.560	41.440
			22	10.770.000	1.700.000	9.070.000	8.590.750	479.250
08423182.080	Manutenção do Ensino do 2º Grau	7.000.000	00	34.130.590	-	34.130.590	33.777.500	353.090
			01	2.000.000	-	2.000.000	2.000.000	-
			21	8.800.000	-	8.800.000	8.795.700	4.300
08442071.060	Aquisição e Instalação de Laboratórios na FUAM	3.000.000	22	3.000.000	-	3.000.000	3.000.000	-
			20	2.500.000	-	2.500.000	2.500.000	-
08460251.005	Construção de um Centro de Educação Física e Desportos para a Rede Escolar de Manaus	4.000.000	22	4.000.000	3.000.000	1.000.000	1.000.000	-
08472182.045	Recuperação da Rede Escolar Pública dos Ensinos de 1º e 2º Graus	1.652.000	27	1.652.000	-	1.652.000	-	1.652.000
08411182.041	Construção de Novas Unidades Escolares do Sistema Educacional	5.880.000	28	5.880.000	-	5.880.000	-	5.880.000
08421182.047	Construção de Unidades Escolares no Interior do Estado	4.276.000	28	4.276.000	-	4.276.000	-	4.276.000
			00	30.000	-	30.000	30.000	-
08482472.083	Funcionamento da Televisão Educativa do Amazonas FUNTEA	1.800.000	21	1.800.000	150.000	1.650.000	1.650.000	-
02040121.063	Instalação de Apoio ao Sistema Jurídico no Interior do Estado - Forum, Casas de Promotores e Juízes (3)	5.000.000	21	-	-	-	-	-
02040251.004	Construção de um Prédio para Funcionamento dos Órgãos Auxiliares do Poder Judiciário	5.000.000	21	3.100.000	2.100.000	1.000.000	1.000.000	-
15814832.052	Funcionamento do Centro de Recepção e Triagem	900.000	00	300.484	-	300.484	298.920	1.564
			22	720.000	-	720.000	717.540	2.460
15572164.005	Contribuição para o Fundo Estadual de Habitação Popular	1.500.000	22	1.500.000	740.000	760.000	760.000	-
06301741.005	Construção de Delegacias de Polícia	300.000	22	300.000	300.000	-	-	-
06913731.059	Reequipamento do DETRAN-AM	-	22	1.000.000	-	1.000.000	1.000.000	-
16885341.007	Projetos de Rodovias no Estado do Amazonas	118.000.000	23	104.500.000	-	104.500.000	77.353.170	27.046.830
16885331.001	Programa de Vias Expressas	6.382.000	22	3.000.000	-	3.000.000	-	3.000.000
16905821.034	Implantação de um Sistema de Infraestrutura de Transporte no Interior do Estado	7.000.000	22	3.000.000	900.000	2.100.000	2.100.000	-
11653831.006	Promoção do Turismo no Estado	2.000.000	22	2.000.000	160.000	1.840.000	1.840.000	-
			00	650.000	-	650.000	650.000	-
06512641.005	Projetos de Eletrificação do Interior do Estado	12.000.000	24	11.500.000	-	11.500.000	11.057.500	442.500

NOTAS:

(1) - Valores constantes da Lei de Orçamento, incluindo créditos suplementares através remanejamento de recursos;

(2) - Anulações procedidas pela Secretaria de Fazenda, através anotações, a fim de compatibilizar recursos considerados nos Fundos de Participação e Especial, em virtude de receitas dos referidos Fundos não terem atingido o montante previsto;

(3) - Projetos anulados (remanejamento de recursos);

FONTES DE RECURSOS:

00 - Ordinário não Vinculado (arrecadado pelo Estado)

01 - Salário-Educação (arrecadado pelo Estado)

21 - Fundo de Participação dos Estados

22 - Fundo Especial

23 - Fundo Rodoviário Nacional

25 - Imposto Único sobre Minerais

27 - Cota-Parte do Salário-Educação (União)

28 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

30 - Cota-Parte Programa - Estado.

Secretaria de Estado
de Cultura e
Economia Criativa

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO
TRABALHO QUE TRANSFORMA

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS
https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM